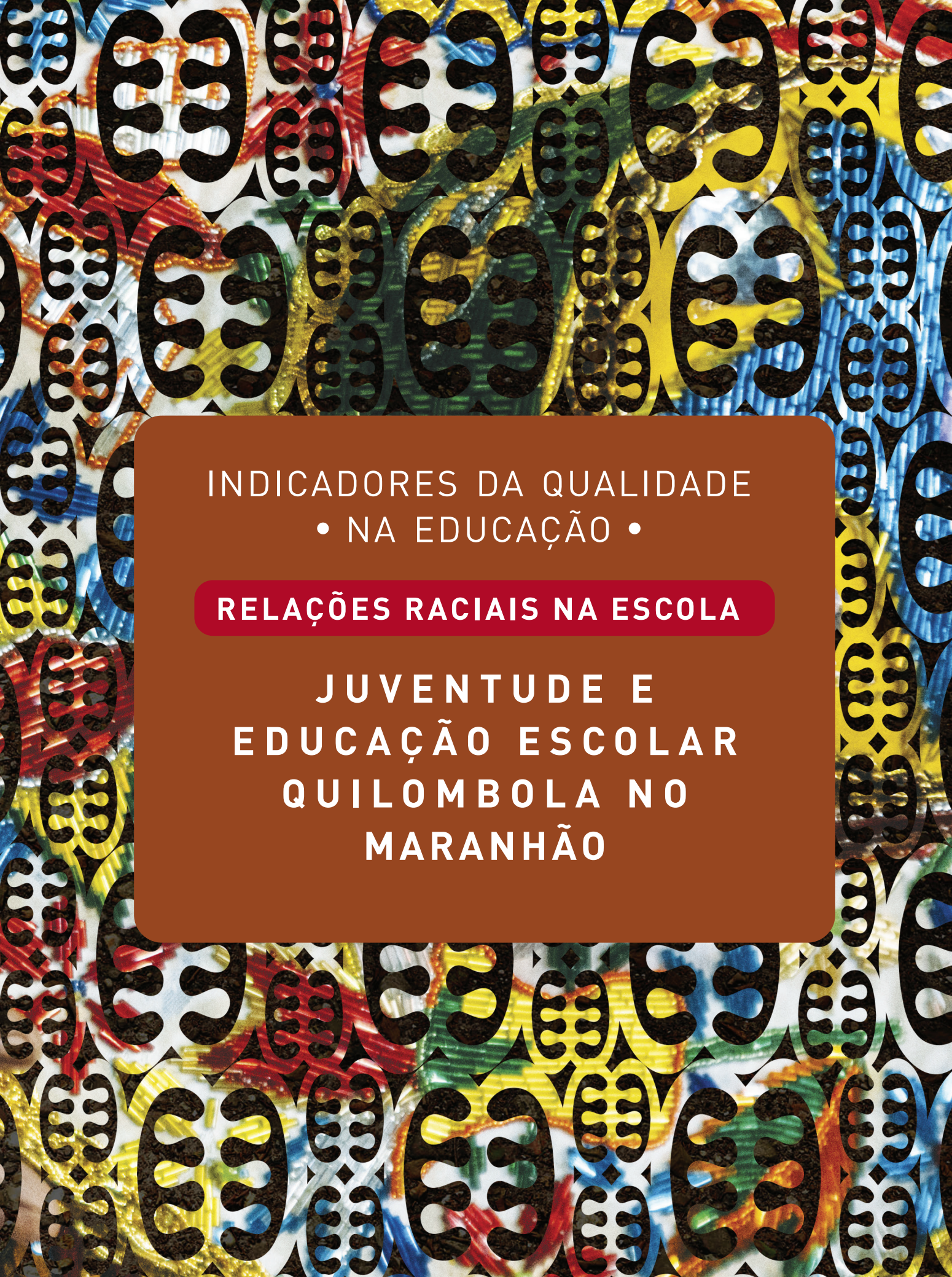




INDICADORES DA QUALIDADE
• NA EDUCAÇÃO •

RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA

JUVENTUDE E
EDUCAÇÃO ESCOLAR
QUILOMBOLA NO
MARANHÃO

INDICADORES DA QUALIDADE
• NA EDUCAÇÃO •

RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA

JUVENTUDE E
EDUCAÇÃO ESCOLAR
QUILOMBOLA NO
MARANHÃO



SEDUC



INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Relações Raciais na Escola

Juventude e Educação Escolar Quilombola no Maranhão

Realização:: Ação Educativa

Parceria:: Instituto Unibanco e Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SEDUC)

Presidente

Vera Masagão Ribeiro

Diretoria

Ana Lúcia Silva Souza

Baby Amorim

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva

Salomão Barros Ximenes

Coordenação geral

Maria Virgínia de Freitas

Coordenação do projeto

Ednéia Gonçalves

Assessoria e articulação do projeto

Ana Paula Maia

Elaboração do texto

Davi Pereira Júnior, Ednéia Gonçalves, Dorival dos Santos, Fernanda Lopes Rodrigues, Ana Paula Maia, Silvana Silva

Articulação, registro e sistematização das oficinas de trabalho

Ana Paula Maia, Maria do Carmo Alves da Cruz, Rita de Cássia Fonseca

Pesquisadores

Fernanda Lopes Rodrigues, Davi Pereira Júnior, Dorival dos Santos, Luanda Martins, Carlos Benedito Rodrigues da Silva, Elisandra Cantanhede Ribeiro, Grace Kelly Souza, Ana Paula Maia, Socorro Guterres

Participantes das oficinas de trabalho que colaboraram para a elaboração deste material

Ana Paula Maia, Bárbara Lopes, Ednéia Gonçalves, Janaína Uemura, Jessika Tenório, Janaína Alves, Marcelle Matias, Silvana Silva, Cintia Oliveira, Daiane Araújo, Paulo Vitor, Denise Eloy, Fernanda Lopes Rodrigues

Revisão de texto

Madrigais Editorial

Projeto gráfico e diagramação

Aeroestúdio

Imagem de capa

Ingrid Barros

Imagem do frontispício

F de Jesus/Shutterstock

Agradecimentos

Comunidade Boca da Mata (Icatu)

Comunidade Cajueiro II (Alcântara)

Comunidade do Jacaré dos Pretos (Icatu)

Comunidade Quilombola de Itamatatua (Alcântara)

Comunidade Raimundo Sú (Alcântara)

Comunidade Santa Joana dos Pretos (Itapecuru-Mirim)

Comunidade Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru-Mirim)

Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB-UFMA)

Secretaria extraordinária de Igualdade Racial do Maranhão

Sérvulo Borges (Borjão)

Supervisão de Modalidades e Diversidades Educacionais (SUPMODE)

União das Associações de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Município de Icatu (Maranhão UCQMI)

União das Associações de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Município de Itapecuru-Mirim (Maranhão) (Uniquita)

Unidades Regionais de Educação: São Luís, Rosário e Itapecuru-Mirim (Maranhão)

Catálogo na Publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos, CRB-8/9166

139

Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola: juventude e educação escolar quilombola / Organização de Ana Paula Maia, Ednéia Gonçalves. – São Paulo: Ação Educativa, 2025.

Autores: Ednéia Gonçalves, Davi Pereira Júnior, Dorival dos Santos, Fernanda Lopes Rodrigues, Ana Paula Maia, Silvana Silva.

80 p.; 20,5 x 27,5 cm

ISBN 978-65-6050-048-8

1. Educação escolar quilombola. I. Maia, Ana Paula (Organizadora). II. Gonçalves, Ednéia (Organizadora). III. Título.

CDD 371.97

Índice para catálogo sistemático

I. Educação escolar quilombola

Ação Educativa

www.acaoeducativa.org.br



Instituto Unibanco

SEDUC-MA

Esta publicação e os outros volumes da coleção Indicadores da Qualidade na Educação estão disponíveis para download no site: www.indicadoreseducacao.org.br

março de 2025



Quebradeira de coco de
babaçu. Codó (MA), 2007.

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO MARANHÃO

Uma construção coletiva pela equidade e valorização cultural

Para todo segmento negro e para o quilombola em especial, os vínculos entre educar e formar são ancestrais, não são atributos exclusivos da escola; a ancestralidade é tudo o que antecede ao que somos, por isso ela nos forma. (NUNES, 2006)

A educação escolar quilombola, mais do que um espaço de aprendizado formal, é um ato contínuo de resistência e preservação cultural. Ancorada na ancestralidade e nos saberes comunitários, ela fortalece a identidade das comunidades quilombolas, conectando passado, presente e futuro.

Este caderno apresenta um olhar aprofundado sobre a educação escolar quilombola no estado do Maranhão, que abriga o segundo maior número de comunidades quilombolas do Brasil. Municípios como Alcântara, Itapecuru-Mirim e Icatu destacam-se por suas históricas mobilizações em defesa da titulação dos territórios e da valorização de suas práticas culturais, essenciais para a afirmação da identidade quilombola.

O DESAFIO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Apesar das conquistas, as comunidades quilombolas ainda enfrentam desafios significativos para assegurar uma educação que reflita suas realidades e potencialidades. Entre os principais obstáculos, destacam-se:

- implementação insuficiente da Lei n. 10.639/2003, que determina o ensino das histórias e culturas afro-brasileira e africana, mas que, mesmo após 21 anos da sua aprovação, ainda não foi plenamente efetivada.
- desconhecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, que apontam para a necessidade de uma educação contextualizada, antirracista e integrada às práticas culturais locais;

- racismo religioso e falta de formação adequada de docentes e gestores, o que compromete a implementação de uma educação que respeite e valorize a diversidade cultural quilombola.

A PROPOSTA DOS INDICADORES DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Diante desse cenário, esta metodologia apresenta a proposta de desenvolvimento de Indicadores de Qualidade para a educação escolar quilombola, com foco especial na juventude quilombola do Ensino Médio nos territórios de Alcântara, Itapecuru-Mirim, Icatu e São Luís. O objetivo é adaptar e expandir os Indicadores de Educação e Relações Raciais na Escola (ERRE), assegurando que eles reflitam as especificidades locais e as demandas contemporâneas dessas comunidades.

Etapas do processo

O desenvolvimento dos Indicadores de Qualidade seguiu uma metodologia colaborativa e participativa, estruturada em cinco etapas principais:

- **Etapas do processo**

- **Etapas do processo**
 - **Etapas do processo**

- **Etapas do processo**
 - **Etapas do processo**

- **Etapas do processo**
 - **Etapas do processo**

- **Etapas do processo**
 - **Etapas do processo**

- **Etapas do processo**
 - **Etapas do processo**

- **Etapas do processo**
 - **Etapas do processo**

- **Etapas do processo**
 - **Etapas do processo**

- **Etapa 5: Publicização**

Disseminação dos resultados junto às comunidades quilombolas, instituições educacionais e gestores públicos, com o objetivo de promover a implementação dos indicadores como ferramenta de transformação social.

Uma educação que valoriza e transforma

Este material busca contribuir de forma significativa e participativa para a promoção da qualidade nas escolas maranhenses, garantindo que jovens estudantes – que estejam ou não inseridos em comunidades quilombolas – tenham suas identidades reconhecidas e valorizadas. Além disso, propõe uma reflexão aprofundada sobre a educação quilombola no Brasil, destacando a importância de uma abordagem educacional que não apenas respeite, mas também celebre e fortaleça a riqueza cultural dessas comunidades, reconhecendo-as como protagonistas de suas trajetórias educacionais, sociais e históricas.

Eu sou de lá da África

Eu sou de lá de África

Eu sou de lá de África

Eu sou de lá de África

Eu sou de lá de África

Eu sou de lá...

Sou ramo da terra, nasci em outro lugar

Eu sou de lá de África

Sou rama também, eu sou batata espalhada

Sou rama também, na entranha da terra

Eu sou germinada,

Eu sou de lá de África

Eu sou de lá de África

Eu sou de lá de África

Na África podaram, mas os troncos ficaram

Tornar a galhar, aí que foi galho por todo lugar



Eu sou de lá de África
Eu sou de lá de África
Eu sou de lá de África...

Esta canção faz parte de um dos áudios de Anacleto Pires, liderança quilombola de Itapecuru-Mirim, Maranhão, que sempre nos ensinou, com grande responsabilidade, sobre seu compromisso com a educação escolar quilombola.

Sabemos que a construção de políticas públicas voltadas para os direitos educacionais da juventude quilombola é um percurso longo e desafiador. Esta publicação nasce com o compromisso de articular saberes e contribuições das lideranças quilombolas do Maranhão, fortalecendo a mobilização e o enfrentamento dos desafios relacionados à valorização da ancestralidade, das identidades e das singularidades que compõem a realidade quilombola em seus diversos contextos territoriais.

Construída de forma coletiva e enriquecida pelos aprendizados nos territórios quilombolas, esta publicação tem como principal objetivo marcar o *“Início, Meio e Início”*, como diz Negô Bispo¹. Esse caminho busca fortalecer a identidade fundamentada na ciência *griot*, no protagonismo dos mais velhos e das lideranças quilombolas, garantindo que suas vozes, experiências e lutas sejam respeitadas e valorizadas, fortalecendo o orgulho de ser quilombola.

¹ Antônio Bispo dos Santos foi lavrador, poeta, escritor, professor convidado em universidades e liderança quilombola ou, como gostava de ser reconhecido, “um tradutor dos saberes”. Trecho retirado de *Periódicos UFMG*. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/26241>. Acesso em: 8 mar. 2025.

S U M Á R I O

Indicadores de Qualidade na Educação 11

SEDUC-MA 13

Instituto Unibanco e a Educação escolar quilombola no Maranhão 15

O racismo e a qualidade educacional 17

Como utilizar os indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola – Juventude e Educação Escolar Quilombola 29

Educação Escolar Quilombola no Maranhão: uma construção coletiva pela equidade e valorização cultural 47

Dimensão 1: Território e territorialidades 49

Dimensão 2: Pertencimento e Reexistência 53

Dimensão 3: Juventude quilombola 57

Dimensão 4: Gestão e Educação Escolar Quilombola 61

Dimensão 5: Garantia de formação inicial e continuada de professores na Educação Escolar Quilombola 69

Dimensão 6: Superação do racismo religioso na escola e garantia de uma educação laica 73

Para saber mais 77

Referências bibliográficas 79



Artesã retira peças de forno a lenha na comunidade quilombola de Itamatatuiua. Alcântara (MA), 2019.

INDICADORES DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Educação escolar e juventude quilombola no Maranhão

Fiéis ao propósito de contribuir com os diferentes parâmetros de ampliação da qualidade educacional brasileira, a partir do desenvolvimento de metodologias de autoavaliação participativa, em dezembro de 2023 a Ação Educativa lançou a publicação **Indicadores de Qualidade na Educação – Antirracismo em Movimento**, versão atualizada dos *Indicadores de Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola (Indique RRE – 2013)*.

O processo de atualização dos *Indiques* abordou os desafios atuais e permanentes envolvidos no enfrentamento às desigualdades raciais na educação. Destacamos como aprendizado incontornável desse processo a necessária reafirmação de nosso compromisso com o fortalecimento do marco legal da educação antirracista representado pela alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 2003 determinado pela Lei n. 10.639.

Decorrente desse princípio, identificamos a necessidade de articular as Dimensões apresentadas na versão atualizada dos *Indiques – Antirracismo em Movimento* ao processo de disseminação das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola* (DCNEEQ) que desenvolvemos em ações diversas no Estado do Maranhão.

A partir do Termo de Cooperação Técnica estabelecido entre a SEDUC-MA e com o apoio do Instituto Unibanco desenvolvemos a experiência de intersecção dos *Indiques – Antirracismo em Movimento* e das DCNEEQ em 3 Unidades Regionais de Ensino (URES): Rosário, São Luís e Itapecuru-Mirim.

Com foco específico na ampliação da qualidade do atendimento à juventude quilombola maranhense do Ensino Médio, o processo de elaboração dessa publicação envolveu diferentes ações: a realização de grupos focais com gestoras(es), a organização de grupos de pesquisa, pré-testes em unidades escolares e, para tanto, a mobilização de pesquisadoras(es) locais,



de representantes do movimento quilombola, da equipe gestora da Supervisão de Modalidades e Diversidades Educacionais (SUPMODE-Seduc) e das URES, de gestoras(es) e de profissionais de diferentes unidades escolares.

As dimensões e os indicadores que emergem do processo expressam a possibilidade de desenvolvimento de propostas curriculares e de projetos político-pedagógicos equânimes e comprometidos com a valorização da identidade e reconhecimento das contribuições da população quilombola para o desenvolvimento econômico, ético e cultural do Brasil.

Agradecemos a todas e todos que participaram nessa construção e dedicamos esse trabalho a Anacleta Pires, líder quilombola, defensora dos Direitos Humanos que “encantou-se” antes da conclusão desta obra. A ela, nosso agradecimento pelo aprendizado do papel da educação escolar quilombola na valorização e difusão dos saberes construídos a partir da resistência cultural e da defesa do território ancestral e coletivo quilombola que buscamos imprimir a essa publicação.

Ação Educativa

A Educação Escolar Quilombola desempenha um papel preponderante no fortalecimento da identidade e na preservação das tradições culturais das juventudes quilombolas no Brasil. Os jovens oriundos dessas comunidades afro-brasileiras enfrentam desafios de ordem socioeconômica, cultural e racial, os quais se refletem tanto no acesso quanto na qualidade educacional ofertada. Nesse contexto, a escola quilombola transcende a mera transmissão de conhecimento formal, configurando-se como um espaço de resistência, fortalecimento identitário e respeito aos saberes ancestrais ou aos afrossaberes (Petit, 2015).

Diante desse contexto, a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC), por meio da Supervisão de Modalidades e Diversidades Educacionais (SUPMODE), reafirma seu compromisso com a educação escolar quilombola como um instrumento potencializador para a garantia dos direitos das comunidades quilombolas, valorizando suas tradições e suas práticas culturais ancestrais, estruturando um currículo que dialogue com os anseios e as especificidades dessas comunidades, de modo a respeitar a diversidade cultural e de reconhecer a relevância dos saberes locais. Ao fomentar essa abordagem, o currículo escolar é conectado às realidades vividas por crianças e jovens quilombolas, promovendo uma educação contextualizada e comprometida com a preservação e a valorização de suas histórias, memórias e cultura.

Nessa perspectiva, a SEDUC tem empreendido esforços hercúleos à Educação Escolar Quilombola, reconhecendo escolas por meio de Decreto, estimulando o processo democrático às(aos) quilombolas, reconhecendo o papel das lideranças locais enquanto sujeitos históricos e capazes de transformar a realidade de suas comunidades e contribuindo significativamente para assegurar um ensino de qualidade, contextualizado e que respeite as particularidades culturais de cada povo.

A educação escolar quilombola na rede estadual de ensino do Maranhão está alicerçada na valorização da identidade e do patrimônio cultural das



juventudes quilombolas, proporcionando-lhes a oportunidade de empoderamento para reivindicar seus direitos e participar ativamente na construção de um futuro mais inclusivo e equitativo. Desse modo, a escola quilombola se afirma não apenas como um espaço de aprendizagem, mas também como um locus de resistência e transformação social, desempenhando um papel central na constituição de identidades e na formação das subjetividades e nas dinâmicas sociais dentro e fora do ambiente escolar.

No contexto das relações étnico-raciais, a SEDUC-MA trabalha para que a escola reconheça e combata o racismo em suas diversas manifestações – estrutural, institucional e interpessoal – e, como mecanismo de atuação, se apoia nas Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, que estabelecem o ensino das histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena, considerando o seu papel social e responsabilidade na consolidação de políticas antirracistas.

Entendemos que promover relações étnico-raciais saudáveis na escola requer a adoção de uma pedagogia antirracista, que valorize a diversidade cultural e étnica e atue na desconstrução de estereótipos e preconceitos. Isso envolve a implementação de um currículo que desfaça estruturas colonialistas e reconheça o estudante negro como agente ativo no processo educativo, criando uma cultura escolar de respeito mútuo e pertencimento. E, para tanto, acredita-se que é essencial o envolvimento de docentes, gestoras(es) e demais profissionais da educação, bem como seus quadros administrativos sejam contemplados com ações formativas perenes, para atualização e redimensionamento de suas práticas pedagógicas.

E, para além das políticas estabelecidas na rede, não podemos deixar de lado a importância das parcerias estratégicas, acreditando que ampliar sua atuação e fortalecer o trabalho realizado junto às Unidades Regionais de Educação e às Unidades de Ensino de todo o território maranhense, com esse conjunto de práticas e políticas que visam combater o racismo e promover a igualdade racial, é um caminho possível para tornar nossa sociedade justa, equânime, inclusiva e que respeite a sua própria história.

Jocenilson M. Costa

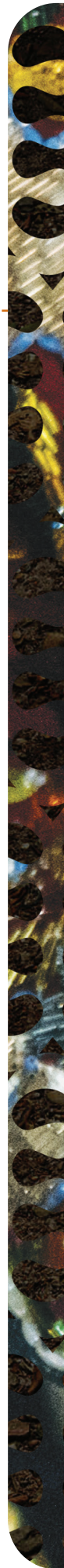
Supervisor de Modalidades e Diversidades Educacionais

INSTITUTO UNIBANCO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO MARANHÃO

Criado em 1982, o Instituto Unibanco tem atuado com redes públicas de ensino e da sociedade civil na melhoria da educação pública no Brasil, por meio de programas de fortalecimento da gestão educacional para o avanço contínuo das condições de aprendizagem de todos os estudantes, como um caminho para a construção de sonhos para as juventudes e futuros mais justos e inclusivos. A partir do apoio ao desenvolvimento de inovações transformadoras, busca-se a promoção da equidade no ensino, tanto entre as escolas, como no interior de cada uma delas, com base em quatro valores fundamentais: valorizar a diversidade, acelerar transformações, conectar ideias e ser orientado em evidências.

Os dados mais recentes divulgados pelo Ministério da Educação mostram que garantir direitos educacionais dos jovens em situação de maior vulnerabilidade tem sido um crescente desafio, intensificado após a pandemia de Covid-19. Estudantes pretos, pardos e indígenas (PPI), que historicamente têm menor acesso a condições de ensino de qualidade (face do racismo estrutural de nossa sociedade), vem tendo direitos educacionais concretizados em menor grau. A média de estudantes PPI com aprendizagem considerada adequada na avaliação nacional de educação básica caiu de 42% em 2019 para 40% em 2023, cenário que reforça a necessidade de ações potentes para o avanço da equidade educacional, em particular na dimensão racial, em todo o País.

Nesse contexto, é valioso compreender como iniciativas sinérgicas entre redes públicas de ensino e sociedade civil podem construir futuros mais promissores em termos de justiça social. Esta publicação conta os aprendizados da implementação de uma bem-elaborada estratégia inovadora para o fortalecimento dos marcos legais de promoção da equidade racial na educação básica e para o aperfeiçoamento de abordagens antirracistas nas escolas, que tem sido protagonizada pela Ação Educativa com o apoio do Instituto Unibanco.





Essa colaboração tem buscado o aperfeiçoamento contínuo dos Indicadores da Qualidade na Educação - Relações Raciais na Escola (Indique-RRE), desenvolvidos pela Ação Educativa desde 2013. Na fase mais recente da parceria, iniciada em 2017, a rede estadual do Maranhão tem sido aliada no processo sistemático de aprendizado sobre implementação do Indique-RRE, com dezenas de escolas participantes e atividades participativas de desenvolvimento integrando comunidade escolar e movimentos sociais.

A implementação do Indique-RRE nas escolas maranhenses revelou grande potencial de enfrentamento de desigualdades raciais de oportunidades. No entanto, também evidenciou a necessidade de adaptações para atender populações específicas de maior vulnerabilidade, como a juventude quilombola. Essa população possui vivências sociais singulares, que precisam ser refletidas em abordagens e estratégias diferenciadas na perspectiva de políticas educacionais. É fundamental reconhecer as particularidades históricas, culturais e educacionais das populações quilombolas para encontrar as formas mais potentes de garantir seus direitos cidadãos.

É neste contexto que a parceria entre a Ação Educativa e o Instituto Unibanco deu um passo de inovação ao propor a construção de novas dimensões e indicadores específicos para garantir um atendimento escolar equitativo à juventude quilombola no ensino médio. A elaboração desses novos indicadores contou com uma mobilização ampla de diferentes atores locais e intersetoriais, incluindo representantes dos movimentos quilombolas. Esse processo garantiu que os indicadores refletissem os saberes históricos das comunidades e atendessem às suas especificidades.

Essa iniciativa está alinhada ao movimento nacional de avanço na educação quilombola, como estabelecido na Política Nacional de Equidade, Educação para Relações Étnico-raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), que busca induzir e apoiar tecnicamente as redes estaduais e municipais na melhoria da qualidade da educação para comunidades quilombolas. O trabalho desenvolvido, reunido e sintetizado nesta publicação, reforça a importância de garantir condições equitativas de acesso e permanência para a juventude quilombola na educação básica, fortalecendo a identidade e os direitos dessas populações. A elaboração de novas estratégias focadas nos jovens quilombolas maranhenses pode, portanto, ser considerado uma potente referência para redes estaduais e municipais de ensino de todo o País.

Instituto Unibanco

O RACISMO E A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Vamos refletir: O que o racismo tem a ver com o direito humano à educação de qualidade para todas as pessoas? Qual é a relação entre o debate sobre como melhorar a qualidade da educação brasileira e as desigualdades raciais na educação e na sociedade? Como o racismo e outras discriminações têm impacto nas condições do atendimento educacional, no acesso, na permanência e no desempenho escolar? O que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), principal referência atual de aferição da qualidade em uma rede de ensino, tem a ver com os efeitos do racismo na sociedade?

De modo geral, as gestoras e os gestores educacionais e muitos educadores se acostumaram à ideia de que uma coisa é pensar em qualidade educacional, ancorada nos sistemas de avaliação de larga escala por meio da aplicação nacional de testes padronizados nas escolas, debatida em muitas reuniões e em grandes eventos, e outra é abordar a agenda de discriminações na escola. Desafios reconhecidos como um problema “de fato”, uma reivindicação “justa” de “grupos discriminados” diante da experiência histórica de exclusão – algo tão sério que até se tornou “lei” (como a Lei n. 10.639/2003, que alterou a lei máxima da educação brasileira, a LDB) –, mas que ainda impacta muito pouco as decisões do que é prioritário nas escolas e políticas educacionais.

Com esta publicação, queremos chamar a atenção para o fato de que a relação entre qualidade educacional e racismo no Brasil é muito mais profunda do que se imagina, como apontam diversas pesquisas. O aprimoramento de estratégias e políticas que promovam a qualidade educacional e o direito humano à educação no Brasil exige enfrentar esse desafio, ainda negado e invisibilizado nos debates sobre a educação brasileira. O salto de qualidade também passa por aí.



UM GRANDE OBSTÁCULO AO DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO

Durante muito tempo, a ideia de raça foi encarada como um conceito biológico, defendido por teorias racistas do século XIX, noção que foi duramente denunciada e superada. Nos dias atuais, a raça é assumida por movimentos negros, por outros movimentos sociais e por pesquisadoras(es) como um conceito político que nos permite compreender e denunciar determinadas desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas – construídas e vivenciadas historicamente por pessoas negras, indígenas e outros grupos discriminados em função de características físicas ou de origem regional ou cultural – e atuar pela superação delas.

Tal perspectiva nos permite entender o racismo como fenômeno que desumaniza pessoas e marca estruturalmente a distribuição desigual de acesso a direitos, recursos, informações, atenção, afeto e poder no cotidiano, na sociedade e nas políticas de Estado – fenômeno que é revelado em diversas estatísticas de institutos de pesquisa e denunciado por movimentos de mulheres e homens negros, além de outros movimentos sociais.

Nas relações cotidianas, o racismo prejudica o reconhecimento social e o desenvolvimento da autoconfiança e autoestima de milhões de pessoas negras, indígenas e de outros grupos sociais discriminados e, muitas vezes, alimenta o sentimento de superioridade de pessoas brancas. Ele é um obstáculo à democracia e à construção de relações respeitosas e de solidariedade entre as pessoas, ao promover a ideia de uma sociedade hierarquizada, na qual uns “valem mais que outros” e que determinadas histórias, conhecimentos e culturas são melhores do que outras.

Mais do que nas relações pessoais, o racismo está presente, de forma enraizada, nas instituições – é o chamado racismo institucional. Trata-se de um obstáculo muito concreto para o acesso ao direito à educação e a outros direitos humanos. É um obstáculo para que todos participem de maneira igualitária, a partir de suas diferenças, da esfera pública e da construção de uma sociedade efetivamente democrática. O racismo institucional aumenta as barreiras para o acesso a direitos em um sistema educacional caracterizado historicamente por diversos problemas, desafios e desigualdades.

O que queremos destacar é que não é possível garantir o direito humano à educação de qualidade para todas as pessoas no Brasil sem enfrentar as

desigualdades e discriminações de raça, articuladas a outras desigualdades que marcam a realidade brasileira, como as de renda, gênero, região, campo/cidade, as relativas a deficiências, orientação sexual, identidade de gênero, entre outras. Ou seja, ao deixar de enfrentar tais problemáticas de modo adequado, as políticas educacionais cometem uma perversa omissão e mantêm grandes obstáculos à garantia do direito humano à educação para a população, em sua maioria constituída por pessoas negras (IBGE, 2022)².

A HERANÇA RACISTA NA POLÍTICA EDUCACIONAL

É necessário ter consciência de que a história da política educacional no Brasil, e de seus graves problemas de qualidade, é marcada profundamente pelo racismo, entendido de maneira ampla pela negação do outro, pelo não reconhecimento pleno da condição humana àquelas e àqueles considerados diferentes em decorrência de determinadas características físicas ou heranças culturais.

O racismo deu base para que a elite econômica do começo do século XIX, pós-Independência do Brasil, em 1822, justificasse a falta de investimento em uma política universal de educação pública como parte de um projeto de nação. Naquela época, a maioria da população do recém-criado país era constituída por mulheres e homens descendentes de diferentes povos africanos, com suas diversas culturas, conhecimentos, línguas e histórias; pessoas que, em decorrência da experiência da escravização, eram chamadas (de modo homogêneo e pejorativo) de negras. Muito tempo depois, o termo negro foi ressignificado pelos movimentos negros do Brasil e de outros países, adquirindo o caráter de afirmação positiva da população negra como sujeito político na luta contra o racismo centrado na cor da pele.

No entanto, no recente país independente do século XIX, essa grande população negra era temida por muitos setores das elites econômicas em decorrência dos inúmeros movimentos de resistência e rebeliões contra o sistema escravagista, que surgiram desde quando os primeiros navios negreiros aportaram em terras brasileiras no século XVI. Nesses movimentos, a educação ocupou muitas vezes um lugar de destaque. Foram nas fazendas, nos quilombos, nas irmandades religiosas, em clubes, em terreiros de

2 IBGE. *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 24 fev. 2025.



candomblé, em oficinas profissionais e em diversos outros espaços que experiências educativas promovidas por coletivos de pessoas negras se multiplicaram em todo o país, ampliando o acesso à escolarização à margem do Estado e à luta pelo direito à educação, mesmo depois da Abolição da Escravatura, em 1888.

A República foi proclamada em 1889, e o investimento em uma política de educação universal não vingou. Apesar disso, proliferaram experiências de educação não formal promovidas por associações negras, operárias, de mulheres e de trabalhadores do campo. Foi somente a partir da década de 1930, após o forte investimento na imigração europeia como forma de “branquear” a população brasileira, que a proposta de uma política de educação pública avançou, em meio a conflitos entre grupos progressistas e conservadores, expressos na Constituição de 1934, que, entre diversos avanços em prol do direito à educação, manteve uma contradição em seu artigo 138: o estímulo à chamada educação eugênica, de cunho racista, voltada para compensar as “deficiências naturais” da população negra e indígena, considerada inferior às pessoas brancas pelas teorias racistas da época.

Dessa disputa política, em prol da democratização da educação pública, fizeram parte diversos movimentos e organizações negras, destacando-se entre elas a Frente Negra Brasileira, criada em 1931 na cidade de São Paulo, e o Teatro Experimental do Negro (TEN), surgido no Rio de Janeiro em 1944. Depois vieram os golpes políticos e uma nova tentativa de construir um projeto republicano de educação ancorado na Constituição de 1961, que também foi sabotado pelo golpe militar de 1964.

A construção de uma política educacional nacional foi assumida pela ditadura militar (1964-1985) como parte de seu projeto desenvolvimentista, baseado em um modelo de expansão do acesso à escolarização com baixo investimento por aluno e forte desvalorização salarial do professorado – profissionais que viram seu poder de compra e voz despencar, assim como outros sujeitos políticos da época, submetidos à profunda repressão que assolou o país. Mesmo nesse contexto, muitas experiências educativas desenvolvidas em escolas, comunidades e movimentos sociais buscaram evidenciar a existência das muitas desigualdades sociais, do racismo, do sexismo e de outras formas de discriminação, bem como propor novas perspectivas para a educação.

O processo de democratização e a Constituição Brasileira de 1988 trouxeram novas esperanças, conquistas de movimentos sociais na legislação e

avanços em muitas políticas locais e estaduais, em grande parte minimizadas pela onda das reformas neoliberais dos anos 1990 na América Latina. Reformas que pregavam o enxugamento do Estado e defendiam a diminuição dos gastos públicos, estes já insuficientes diante da gigantesca e histórica dívida social e racial brasileira. O acesso à educação cresceu, o país chegou quase à universalização na etapa obrigatória do Ensino Fundamental na década de 1990, mas tudo com base em uma educação de baixa qualidade.

Em 1995, a Marcha Zumbi dos Palmares, promovida por diversos movimentos negros em Brasília, foi um importante marco na denúncia do racismo no Estado brasileiro e de como ele atua para comprometer o acesso da população negra a certos direitos, entre eles, o da educação.

Apesar de importantes avanços legais nas últimas décadas, de modo geral, podemos dizer que da negação do outro como ser humano, como detentor de direitos, que caracterizou a história brasileira desde o século XVI e grande parte do século XX, passamos por políticas que reconheceram o direito ao acesso à educação, mas garantido ainda com base em uma educação de baixa qualidade; uma educação para uma sociedade hierarquizada, fortemente desigual, uma educação para uma inserção precária no mundo da aprendizagem.

Avançar rumo a uma educação de qualidade efetivamente para todas as pessoas é superar a herança racista e a histórica tolerância para com as desigualdades raciais e sociais que ainda marcam a sociedade e o Estado brasileiros. É apostar em políticas que efetivamente garantam o direito humano à educação, pensando sempre em profunda articulação com os demais direitos humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, reconhece o direito humano à educação em seu artigo 26 e estabelece que o objetivo da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa humana e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos. Os direitos humanos são um conjunto de princípios comprometidos com a garantia da dignidade humana. Eles são universais (para todas as pessoas), interdependentes (todos os direitos humanos estão relacionados entre si e um não tem mais importância que o outro), indivisíveis (não podem ser fracionados) e devem ser exigidos frente aos governos por meio da pressão política da sociedade e de ações jurídicas. O Brasil assinou diversos documentos internacionais, com força de lei, que reconhecem a todas as pessoas o direito humano à educação.



MAS QUE QUALIDADE EDUCACIONAL É ESSA?

Há um consenso nacional de que é necessário melhorar a educação brasileira, de que é necessário avançar em qualidade. Mas, com os sentidos mais atentos, percebemos que atrás desse consenso há diferentes perspectivas e entendimentos do que é qualidade educacional e de quais são os caminhos para alcançá-la. A discussão a respeito desse assunto é fundamental para entendermos qual é a relação entre qualidade educacional, direito humano à educação e relações raciais no país. Muitos acreditam que qualidade educacional é apenas responder às demandas do mercado de trabalho e que basta construir mais escolas, aprimorar a gestão educacional, distribuir computadores, acompanhar de perto as professoras e os professores ou criar outras formas de avaliações das escolas – com mais testes padronizados – para alcançá-la.

Nosso entendimento é de que qualidade educacional é algo que tem de ser negociado e construído socialmente, ou seja, não se trata de uma coisa pronta e acabada. A qualidade da educação de um país deve estar sintonizada com os anseios da sociedade por justiça, democracia e qualidade de vida para todo mundo, com respeito ao ambiente do qual fazemos parte. Ela está comprometida com a formação de pessoas como sujeitos de direitos e de vida plena e com a concretização do direito humano à educação no dia a dia. Direito que toda pessoa tem, ao longo da vida, de aprender em diferentes espaços, de se apropriar de conhecimentos historicamente construídos pela humanidade e do progresso científico e de suas aplicações. Direito de ter as próprias formas de expressão e de vida, a própria estética, as próprias histórias, conhecimentos e saberes reconhecidos como detentores de igualdade, dignidade e legitimidade, tanto no que é ensinado dentro da sala de aula como no cotidiano de outros espaços de vida.

EIXOS FUNDAMENTAIS

Para alcançar a qualidade educacional, destacamos três eixos fundamentais: garantir as condições materiais, promover a participação social efetiva e enfrentar desigualdades e discriminações. Esses eixos se relacionam às dimensões da qualidade em educação: 1) **acesso à escolarização** (ampliação da oferta educativa e estímulo à demanda social por direito à educação); 2) **insumos** (condições concretas da oferta educativa:

infraestrutura, valorização das(dos) profissionais de educação, materiais educativos etc.); 3) **processos** (pedagógicos, participativos, avaliativos e de gestão) e 4) **equidade educativa** (superação das desigualdades e discriminações, com o reconhecimento de sujeitos, culturas e histórias silenciadas, ampliação do que se entende por conhecimentos universais e condições de permanência e sucesso na escola).

A qualidade exige condições materiais para sua efetivação. As condições materiais são chamadas de insumos, que se relacionam à melhoria da infraestrutura e funcionamento das escolas; à valorização urgente das(os) profissionais de educação; à existência de materiais didáticos e paradidáticos; e à garantia de condições não somente de acesso, mas de permanência e sucesso de crianças, jovens e adultos nas aprendizagens escolares.

O acesso aos insumos também é marcado pelas desigualdades raciais, de renda, de gênero, regionais, campo/cidade etc. O financiamento da educação deve garantir os recursos financeiros necessários para que tal qualidade seja alcançada. Essa é a base da proposta do Custo Aluno Qualidade Inicial, desenvolvida pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2007). Tal financiamento também deve ser sensível às desigualdades, apostando em políticas redistributivas e garantindo condições de equidade para as regiões que concentram os piores indicadores sociais, como periferias das cidades e áreas rurais, entre elas, territórios negros, quilombolas e indígenas.

Para avançarmos na qualidade, é necessário apostarmos na participação efetiva, no fortalecimento da gestão democrática, na ampliação da roda de diálogo e na multiplicação das vozes no debate público, que expressem a diversidade, isto é, uma participação pensada como formação de uma cultura democrática e que não tolere as desigualdades; uma participação como fator de controle social e de aprimoramento das políticas e como estímulo à demanda social por direito humano à educação de qualidade.

EDUCAÇÃO E RACISMO – MARCOS HISTÓRICOS

SÉCULO XVI A XVIII

Educação entregue aos jesuítas: catequese de povos indígenas x educação da elite.

Processos de resistência indígena e negra contra a opressão colonial (quilombos, terreiros de candomblé, irmandades religiosas, entre outros).

SÉCULO XIX

1804 Revolução Haitiana: rebelião de pessoas escravizadas expulsas pela elite branca.

1822 Independência do Brasil.

1827 Lei de Instrução Geral.

1834 Ato Adicional, que desresponsabiliza o governo central da oferta da educação primária.

1881 Lei Saraiva: proibição de pessoas não alfabetizadas de votar.

1888 Abolição da Escravatura: sem o estabelecimento de políticas de reparação e de garantia de direitos para a população negra.

VIRADA PARA O SÉCULO XX

Primeira República

Cerca de 70% da população brasileira não alfabetizada.

Movimentos de resistência negra e experiências de educação não formal promovidas por associações negras, operárias, de mulheres e de trabalhadores do campo.

Disseminação de teorias racistas eugenistas do século XIX e de estímulo ao branqueamento da população por meio da imigração de trabalhadores europeus.

Anos 1930

1931 Fundação da Frente Negra Brasileira, maior entidade do movimento negro das primeiras décadas do século XX, extinta pelo Golpe Militar de 1937.

1932 Manifesto dos Pioneiros pela Escola Nova.

1934 Constituição de 1934: avanços no direito à educação e contradição – defesa da educação eugênica, baseada em teorias racistas.

1937 Golpe militar (retrocessos).

1944 Fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN), pelo ativista Abdias do Nascimento.

Anos 1960

Efervescência de movimentos de educação e cultura popular. Reformas de base extintas pelo golpe militar de 1964.

Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1966).

Anos 1970

Ditadura: ampliação da escolarização com baixo investimento por aluno. Repressão às entidades de profissionais de educação e estudantes, entre outros movimentos sociais.

Anos 1980

Degradação do ensino público (ampliação do acesso, evasão e repetência: promoção da cultura do fracasso escolar), expansão do ensino privado e segmentação do sistema (popular X elite).

1985 Emenda Constitucional torna facultativo o voto das pessoas não alfabetizadas, que continuam inelegíveis.

1986/88 Luta por direitos educativos na Constituinte. Torna obrigatório o voto das pessoas não alfabetizadas, que passam a ser elegíveis. Reconhece os direitos das populações indígenas e quilombolas.

1989 Lei Caó: Lei n. 7.716, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, etnia, religião e procedência nacional.

1995 Marcha Nacional Zumbi dos Palmares em Brasília.

1996 LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

1997 Injúria Racial: Lei n. 9.459 altera o Código Penal – define pena de três anos de reclusão e multa.

SÉCULO XXI

2001 Conferência contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, África do Sul) e aprovação do Plano Nacional de Educação (2001-2011), com vetos à parte de financiamento.

2003 Lei n. 10.639 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatório o ensino das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras em toda a educação básica.

2006 Lei Maria da Penha estabelece a obrigatoriedade da abordagem de gênero e raça nas escolas como forma de prevenção da violência doméstica e intrafamiliar.

2008 Lei n. 11.645 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatório o ensino da história e das culturas dos povos indígenas brasileiros.

2010 Estatuto da Igualdade Racial é aprovado pelo Congresso Nacional.

2012 Lei de Cotas para Acesso às Instituições Federais de Ensino.

2014 Plano Nacional de Educação (2014-2024).

2023 Lei n. 14.532 equipara injúria racial e crime racial, tornando a punição mais severa. Lei n. 14.723 altera a Lei de Cotas, expandindo sua abrangência para a pós-graduação e para estudantes quilombolas.

BORA CONVERSAR! Para além desses, há muitos outros marcos históricos importantes na luta por uma educação antirracista. Quais outros sua escola incluiria, considerando também as realidades local e regional?

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA – MARCOS LEGAIS

SÉCULO XX

1988 Constituição Federal reconhece os direitos das comunidades quilombolas à terra (Art. 68 do ADCT) e assegura o direito à educação diferenciada.

1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei n. 9.394 garante o respeito à diversidade étnico-racial e à oferta de educação específica para povos e comunidades tradicionais.

SÉCULO XXI

2003 Lei n. 10.639 torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas.

2004 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais estabelece princípios para uma educação antirracista e valorização da cultura afro-brasileira.

2007 Decreto n. 6.261 define normas para a regularização fundiária dos territórios quilombolas, impactando diretamente a educação.

2012 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola regula a oferta de ensino específico para comunidades quilombolas, respeitando suas culturas, línguas e modos de vida.

2014 Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei n. 13.005 inclui metas para garantir uma educação escolar quilombola de qualidade.

2023 Lei n. 14.532 equipara injúria racial a crime racial, tornando a punição mais severa;

Lei n. 14.723 altera a Lei de Cotas, expandindo sua abrangência para a pós-graduação e para estudantes quilombolas.

Nesse ponto, é fundamental destacar a importância de os sistemas de avaliação educacional efetivamente valorizarem a participação e as vozes dos sujeitos escolares (estudantes, familiares, profissionais de educação, ativistas comunitários etc.), visando aprimorar a própria avaliação, dotá-la de sentido e de potencial transformador, articulando a avaliação da realidade escolar à avaliação das políticas educacionais. A coleção **Indique (Indicadores da Qualidade na Educação)** está comprometida com essa perspectiva, apostando na avaliação institucional e de redes de ensino, com base em uma metodologia de autoavaliação participativa escolar, que visa dotar de sentido e ampliar a noção de avaliação educacional no país.

Além disso, a qualidade educacional exige traduzir nas práticas educativas e no cotidiano das relações escolares um conjunto de normativas internacionais e nacionais, com força de lei, que transformem a escola em um lugar que de fato reconheça a diversidade humana, valorizando estéticas, conhecimentos e histórias ainda negadas e desqualificadas. É preciso atuar de forma a reconhecer e superar o racismo e outras discriminações e desigualdades que se manifestam de muitos modos no dia a dia de creches, escolas e universidades e no processo de tomada de decisões e de implementação das políticas educacionais.

É a partir desses eixos fundamentais que vamos iniciar o nosso trabalho com os **Indicadores da Qualidade de Educação – Relações Raciais na Escola**.

Na próxima seção, apresentaremos algumas ideias de como utilizar o material em escolas e comunidades, a fim de mobilizar estudantes, profissionais de educação, gestores, familiares, integrantes das comunidades do entorno e muitas outras pessoas, a fim de discutir formas de superação do racismo no cotidiano escolar e na sociedade. Afinal, superar o racismo no mundo da escola e nas políticas educacionais é um desafio de todas as pessoas e instituições, em especial das brancas, e não um problema a ser enfrentado somente por pessoas e coletivos negros, indígenas e de outros grupos discriminados.

Vamos em frente!



Meninos empinando pipas na frente das ruínas da Igreja Matriz de São Matias na Praça da Matriz, centro histórico, construção do século XVII. Alcântara (MA).

COMO UTILIZAR OS INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA

Indicadores são sinais que revelam aspectos de determinada realidade, que nos ajudam a compreender algo. Por exemplo, para saber se uma pessoa está doente, usamos vários indicadores, como febre, dor, desânimo etc., pois indicam se há algum problema de saúde. Para monitorar a economia do país, usamos como indicadores a taxa de inflação, a taxa de juros, a taxa de desemprego, o número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, entre outros.

A variação dos indicadores sinaliza que há mudanças (se a febre baixou, pode significar que a pessoa está melhorando; se a taxa de desemprego está mais baixa, é possível dizer que a economia está melhorando etc.). Em relação à metodologia aqui apresentada, os **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola** buscam identificar como está a implementação em determinada escola com base na LDB alterada pela Lei n. 10.639/2003 e de suas respectivas Diretrizes Nacionais Curriculares, que tornaram obrigatória o ensino das histórias e culturas africana e afro-brasileira em toda a educação (pública e privada) e a reeducação das relações étnico-raciais em uma perspectiva antirracista.

Com um bom conjunto de indicadores, tem-se um quadro de sinais que possibilita identificar de forma simples e acessível o que vai bem, o que pode melhorar e o que vai mal na escola, de forma que todos compreendam melhor essa realidade e tenham condições de discutir e decidir quais são as prioridades de ação para avançar. Algumas dessas ações cabem à escola implementar, e outras vão depender das políticas públicas.

Vale lembrar que a luta para fazer do direito à educação uma realidade precisa envolver toda a comunidade: estudantes, profissionais de educação, gestoras e gestores escolares, conselheiros de direito, movimentos sociais, coletivos e organizações da sociedade civil, órgãos públicos, universidades e sociedade em geral. Educação é um assunto de interesse público. Por isso, pretendemos que a utilização deste material envolva diferentes pessoas e cargos nessa luta por uma educação antirracista, somando forças para



que ela se concretize na vida de crianças, adolescentes, jovens e adultos de todo o Brasil.

PRIMEIROS PASSOS: ORGANIZANDO O USO DOS INDICADORES

Assim como os demais volumes da coleção **Indicadores da Qualidade na Educação** (Educação Infantil, Relações Raciais na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), não há uma receita pronta para usar a metodologia. Este material é um instrumento de autoavaliação escolar bastante flexível que pode ser utilizado e adaptado de acordo com a criatividade, a experiência, as condições e a realidade de cada escola. Apostando nessa flexibilidade, indicamos uma série de dicas, ideias e recomendações:

- É importante que a escola constitua um grupo para organizar o processo de utilização dos Indicadores. Na medida do possível, esse **Grupo de Referência** deve ser composto de estudantes, de direção escolar, de equipe pedagógica e de demais profissionais da educação e familiares. É fundamental que o Conselho Escolar e o Grêmio Estudantil (quando existente) estejam envolvidos em todo o processo de utilização dos Indicadores, contribuindo para planejar o uso da proposta, mobilizar o conjunto da escola e dar consequência às decisões coletivas.
- Para compreender a proposta dos Indicadores, é fundamental que esse grupo estude o material, leia com cuidado e atenção as dimensões, os indicadores e suas perguntas para entender as diferentes possibilidades para, assim, planejar seu uso. Destacamos a importância da equipe gestora e das professoras e professores da escola, profissionais familiarizados com as questões de educação, em mediar e traduzir para as demais pessoas os termos e questões educacionais abordadas no material. Para tanto, será necessário fazer uma reunião prévia com diretoras, professoras(es), coordenadores pedagógicos e funcionários.
- Como parte da preparação para o uso do material, sugerimos assistir ao vídeo *Autoavaliação participativa – por uma avaliação viva: das escolas aos planos de educação*³, que explica como utilizar a metodologia. Outra dica

³ Para assistir ao vídeo “Autoavaliação Participativa”, acesse: <https://youtu.be/UUMyeLPrnWc>. Visite também o site De olho nos planos (disponível em: <http://www.deolhonosplanos.org.br>) e tenha acesso à coleção Indicadores da Qualidade da Educação (disponível em: <http://www.indicadoreseducacao.org.br>. Acessos em: 8 dez. 2024).

é visitar o *blog* dos **Indicadores da Qualidade na Educação**, com vários materiais de subsídio e ideias para o uso do material na escola.

- O planejamento do trabalho com os Indicadores deve prever a mobilização dos estudantes, familiares e da comunidade escolar, definir o tempo necessário, preparar o espaço físico para que ele seja acolhedor e antecipadamente providenciar os materiais que serão usados nas atividades.

MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE

A mobilização de estudantes para participar é o primeiro ponto importante no uso dos Indicadores. Sem elas e sem eles, este processo não tem sentido! Todos os esforços devem ser feitos para incentivar essa participação, que é fundamental no processo, trazendo questões-chave para provocar a escola a se repensar, além de trazer propostas para avançar e de muita energia para enfrentar os desafios.

A mobilização de outros integrantes da comunidade escolar (profissionais de educação, familiares, comunidade etc.) para participar da avaliação é fundamental em todo o processo. Quanto mais pessoas dos diversos segmentos se envolverem em ações para a melhoria da qualidade educacional, maiores serão os ganhos para as alunas, alunas e alunos, maiores serão os ganhos para a escola, para a sociedade e para a educação do país. O uso dos **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola** fortalece os vínculos entre escola, estudantes, famílias e a comunidade do entorno.

É muito importante que todos os segmentos da comunidade sejam convidados a participar, e não somente aqueles mais atuantes no dia a dia escolar. O grupo responsável por preparar a escola para a avaliação deve usar a criatividade para mobilizar estudantes, familiares, professoras e professores, funcionárias e funcionários, conselheiras e conselheiros escolares, coletivos juvenis e culturais e outras pessoas, grupos e instituições da comunidade.

Faixas na frente da instituição, lambe-lambes (cartazes pregados em espaços públicos), cartas e bilhetes para os familiares, divulgação no jornal, no transporte público, na rádio e TV locais, nas redes sociais e em diferentes espaços da internet, além da discussão prévia da proposta com os estudantes, são algumas das possibilidades para mobilização. Especial atenção precisa ser dada ao convite para que grupos e organizações locais



– entre elas os coletivos juvenis e culturais, organizações e movimentos sociais da comunidade – participem do processo.

AS DIMENSÕES DOS INDICADORES

Os Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola: Juventude e Educação Escolar Quilombola são compostos de seis dimensões, que tratam de forma sistêmica de questões fundamentais para a construção de uma educação antirracista:

- **Território e territorialidades** – é a dimensão que compreende que o território é fundamental para a constituição e permanência das comunidades quilombolas. Esta dimensão tem como objetivo promover a reflexão sobre o uso da terra e dos recursos naturais como prática coletiva, espiritual e ancestral que mantém a comunidade. Além disso, ela possibilita o debate crítico sobre o direito ao território e os processos de regularização fundiária.
- **Pertencimento e Reexistência** – esta dimensão visa possibilitar a reflexão sobre a valorização da Identidade Quilombola, Memória e Patrimônio, bem como suas Manifestações do Sagrado.
- **Juventude quilombola** – a dimensão discute os desafios da implementação das políticas educacionais quilombolas no Maranhão, com ênfase na juventude e na valorização da cultura e identidade quilombolas.
- **Gestão e educação escolar quilombola** – esta dimensão destaca a importância da gestão democrática, do projeto político-pedagógico e da infraestrutura escolar para o acolhimento e permanência dos estudantes quilombolas.
- **Garantia de formação inicial e continuada de professoras(es) quilombolas** – esta dimensão aborda a discussão sobre a garantia da formação Inicial e Continuada de professoras(es) quilombolas como um direito fundamental para a valorização da identidade, história e cultura das comunidades quilombolas no Brasil.
- **Superação do racismo religioso na escola e garantia de uma escola laica** – esta dimensão tem como objetivo abordar o enfrentamento ao racismo no ambiente escolar e na sociedade, promovendo ações e reflexões que visem à erradicação de práticas discriminatórias, com ênfase especial no combate ao racismo religioso.

O sistema de cores

Como já abordado, este material foi elaborado para apoiar as escolas de Ensino Fundamental e Médio no diagnóstico dos seus problemas e na busca de caminhos para a construção e o enraizamento de uma educação antirracista. Para facilitar a avaliação, é proposto que as pessoas participantes do processo atribuam cores às perguntas em cada um dos indicadores. As cores simbolizam o resultado da avaliação:

- **Verde:** se a situação é boa ou satisfatória, indicando que o processo de melhoria da qualidade da escola está em um bom caminho.
- **Amarelo:** se a situação da escola é regular e merece atenção e cuidado. Passos já foram dados, mas ainda a situação é um desafio.
- **Vermelho:** se a escola tem muito a caminhar e ainda não enfrentou adequadamente o problema. Nessa situação, a escola precisa agir imediatamente.

As cores atribuídas a cada uma das perguntas ajudarão o grupo a decidir qual é a situação da escola em relação a cada indicador. Por sua vez, para dar uma cor à dimensão, também será importante visualizar as cores atribuídas a cada um dos indicadores. Porém, é necessário observar: não se trata de gerar uma média das respostas para se chegar às cores dos indicadores e

da dimensão nem de contabilizar qual cor é a mais frequentemente presente nas perguntas de determinado indicador. É preciso que essa decisão sobre a cor do indicador e da dimensão seja também debatida democraticamente entre as pessoas participantes.

Rubens Chaves/Pulsar Imagens



Sementes durante cozimento em caldeira para produção de óleo de coco de babaçu. Quilombo Pericumã, Bequimão (MA), 2024.

ATENÇÃO: não necessariamente uma escola com mais indicadores verdes está melhor do que outra com mais indicadores amarelos ou vermelhos. Às vezes, a predominância de indicadores verdes pode revelar a limitada capacidade da escola em refletir sobre seus próprios desafios: uma baixa capacidade de autocrítica. **Por isso, destacamos: os processos de autoavaliação participativa jamais se prestam à comparação entre escolas.** A riqueza da experiência da autoavaliação escolar passa pela possibilidade de construção de um diagnóstico participativo, de viver um processo formativo coletivo, que agrega a comunidade, identifica e amplia a compreensão dos desafios, pactua por um plano de ação escolar e traça recomendações para as políticas educacionais.

No próprio material, ao lado de cada pergunta e indicador, há indicadores em branco que podem ser coloridos pelos participantes com as cores atribuídas pelo grupo. É recomendável registrar o resultado da discussão sobre cada indicador, pontuando os aspectos mais importantes do debate, explicando por que o grupo atribuiu essa ou aquela cor ao indicador.

No fim do trabalho de cada grupo, a relatora ou o relator terá uma lista de pontos fortes e fracos da escola em relação àquela dimensão. O grupo poderá, a partir daí, definir as prioridades da escola para melhorar sua qualidade naquela dimensão, seguido por um quadro ao final da dimensão para sistematizar essas preferências.

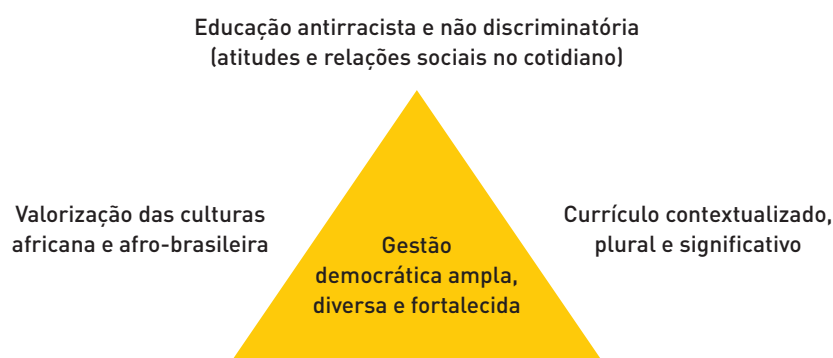
OS OUTROS MATERIAIS DA COLEÇÃO EDUCAÇÃO E RELAÇÕES RACIAIS

Os Indicadores de Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola integram a coleção **Educação e Relações Raciais na Escola**. A coleção foi desenvolvida⁴ a partir do trabalho da Ação Educativa com escolas, do acúmulo da instituição no desenvolvimento de metodologias participativas e de educação popular, do diálogo com experiências internacionais e nacionais de educação das relações raciais – em especial, as desenvolvidas por

⁴ O trabalho foi desenvolvido com apoio de edital público da linha de microprojetos em direitos humanos da Comunidade Europeia no Brasil (2008), com contrapartida do Unicef, Instituto C&A e Save The Children UK.

organizações do movimento negro brasileiro – e com outras experiências comprometidas com uma educação não discriminatória e de promoção dos direitos humanos⁵.

O objetivo da coleção **Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar** é contribuir com um leque de metodologias que incentivem e organizem o envolvimento do conjunto da comunidade escolar em estratégias de promoção de uma educação antirracista nas instituições educativas, entendida como componente-chave para a melhoria da qualidade educacional do país. Comprometidas com a institucionalização da LDB alterada pela Lei n. 10.639/2003, as metodologias se baseiam no seguinte triângulo conceitual:



As metodologias visam à construção de um ambiente escolar favorável, à promoção da corresponsabilidade e à definição de um conjunto de ações planejadas coletivamente que possam contribuir de forma mais sistemática para o enfrentamento do racismo. Nesse sentido, a proposta também visa reconhecer, potencializar e articular ações já desenvolvidas por escolas, Secretarias de Educação, universidades e Organizações não Governamentais (ONGs) destinadas a promover a igualdade racial na educação.

⁵ Entre as organizações do movimento negro, destacamos: Iceafro (BA), Instituto Geledés (SP), CEERT (SP), Núcleo de Estudos Negros (NEN), Nzinga Coletivo de Mulheres Negras (MG), Ceap (RJ), Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), Se Essa Rua Fosse Minha (RJ), Grupo Africanidades e Imagens da Unicamp (SP), Instituto AMMA Psique e Negritude (SP), Soweto (SP), além de diversos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) vinculados a universidades de todo o país. A experiência do projeto A Cor da Cultura, desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho, em articulação com ativistas e pesquisadoras(es) do campo da educação das relações raciais também foi considerada.

COMO CONDUZIR A AVALIAÇÃO COM OS INDICADORES

Para facilitar o diálogo e a reflexão coletiva, nossa proposta é que o conjunto de participantes da comunidade escolar seja distribuído em grupos separados por dimensões. Se houver um número grande de pessoas, cada grupo pode se encarregar de apenas uma dimensão. Para viabilizar a participação de todas as pessoas na discussão, é conveniente que os grupos sejam compostos de, no máximo, 20 integrantes.

A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO 1

Sugerimos que, como primeiro passo, todos os grupos façam a discussão da Dimensão 1, justamente pelo fato de ela provocar a escola a refletir as atitudes e os relacionamentos no cotidiano. Depois, na segunda rodada, os grupos podem ser divididos e cada um discutir as demais dimensões: 2, 3, 4, 5 e 6.

Cada grupo deve ser composto de representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar, elegendo uma pessoa para a coordenação do debate e outra para o registro das discussões e decisões. No grupo, recomenda-se a leitura em voz alta de cada um dos indicadores de cada dimensão separadamente, seguido de conversas de esclarecimento sobre o texto e o debate. A pessoa responsável pela coordenação cuidará para que todas as perguntas sejam respondidas, buscando chegar a consensos sobre a situação da escola em relação aos indicadores.

A escola também poderá propor às estudantes e aos estudantes que se reúnam com a comunidade escolar antes do processo para discutirem os Indicadores da Dimensão 1 e levarem suas ideias e propostas para os demais. Essa ação é interessante porque fortalece os estudantes na participação ativa do uso dos Indicadores com as demais pessoas responsáveis pelos outros segmentos.

É primordial que a coordenação do processo garanta a possibilidade de todas as pessoas se expressarem e identifique as opiniões conflitantes quando não for possível estabelecer um consenso. Por sua vez, a pessoa dedicada ao registro (relatora) será responsável por tomar nota das decisões do grupo e expor na plenária o resultado das discussões, sempre destacando os pontos importantes e polêmicos do debate.

Para além de discutir a situação atual da escola, o grupo pode promover um debate sobre como melhorar esse quadro. Com as prioridades de cada dimensão, os grupos estarão prontos para o grande momento: o encontro com os demais para ouvir o que cada um tem a dizer e debater sobre o retrato que a comunidade escolar está construindo da escola.

É muito importante que, durante as apresentações dos grupos na plenária, todas as pessoas participantes possam entender o que foi discutido em cada dimensão. As prioridades de ação de cada grupo também devem ser levadas e explicitadas.

Algumas dimensões são maiores, e outras, menores, portanto, alguns grupos terminam suas discussões antes dos outros. Para que os participantes das dimensões de menor extensão não se sintam desestimulados a esperar pela realização da plenária, pode-se propor que um mesmo grupo discuta duas dimensões.

Plenária

Para facilitar o debate na plenária, cada grupo de trabalho precisa deixar um quadro-resumo em um local de boa visibilidade para que todas as pessoas possam acompanhar. A exposição dos relatores à plenária deve girar em torno de dois pontos:

- apresentação resumida da discussão do grupo e das justificativas para a escolha das cores atribuídas a cada um dos indicadores;
- relato das prioridades indicadas e das ações propostas para a melhoria da escola que se referem ao assunto em foco.

Após a apresentação de todos os grupos e explicitação de dúvidas na plenária, sugerimos que ocorra ainda o debate para a definição final das prioridades, que deverá ser a base para a produção conjunta de um plano de ação.

Com o objetivo de preparar esse plano de ação, muitas das escolas que já usaram a metodologia dos **Indicadores da Qualidade na Educação** recorrem ao agendamento de uma nova data com a comunidade escolar, pois muitas vezes sua elaboração é inviável no mesmo dia da avaliação.

Há escolas que optam por criar uma comissão representativa de todos os segmentos da comunidade escolar – incluindo estudantes, mães, pais, avós e funcionários – para elaborar o plano de ação; nesse caso, a reunião deve ocorrer em outra data, acordada entre todas e todos.

Materiais necessários

Cada pessoa participante da avaliação deverá receber uma cópia da dimensão a ser discutida. É importante que as cópias contenham tanto os Indicadores e suas perguntas como os textos explicativos que os acompanham. O ideal é que todas as pessoas disponham de uma cópia do material completo, caso o grupo queira tirar dúvidas. Caso a comunidade escolar disponha de conexão de internet acessível para todas as pessoas, pode-se utilizar o material por meio de celulares, mas sempre observando o fato de que o manejo de textos pelo celular nem sempre é confortável, sendo preferível a cópia impressa. Se isso não for possível, cada participante precisa, pelo menos, ter acesso à lista dos Indicadores e das perguntas da dimensão a ser discutida no seu grupo.

- Cada participante precisa receber caneta ou lápis para fazer anotações.
- Cada grupo deve ter um quadro-resumo para que todas as pessoas possam visualizar o resultado da avaliação.
- Para registrar as cores no quadro-resumo, podem ser utilizados lápis ou canetas nas cores verde, amarelo e vermelho.
- Para facilitar a manifestação de opiniões quanto às cores atribuídas às perguntas e aos Indicadores, cada participante pode receber cartões com as cores verde, amarelo, vermelho e branco – este usado em caso de abstenções. Levantando os cartões durante a reunião do grupo ou na plenária, os participantes manifestam seus votos. Esse procedimento pode facilitar a identificação dos consensos e questões conflitantes.

Participação dos estudantes

Boas ideias para incentivar a participação das estudantes e dos estudantes são bem-vindas. Eles têm muito a dizer sobre a vida escolar. No entanto, é recomendável organizar algumas atividades específicas para estimular a participação⁶ deles. Algumas ideias são:

- falar, em sala de aula e nas rodas no pátio, sobre a importância da avaliação e do processo que está acontecendo na escola;

⁶ Um subsídio para essa discussão é o *Guia de participação de crianças e adolescentes*, da iniciativa **De Olho nos Planos**, disponível em: www.deolhonoplanos.org.br.

- propor a criação de produções individuais e coletivas (textos, imagens, *raps* e outros gêneros musicais, vídeos, peças de teatro etc.) sobre a escola e as dimensões da qualidade apresentadas neste texto;
- realizar uma pesquisa de opinião sobre o assunto na escola, liderada por estudantes, como proposto no Guia Metodológico (no **Indique Relações Raciais na Educação: Antirracismo em Movimento**) na seção Agitando a Escola: o uso da Pesquisa de Opinião⁷;
- como já abordado, discutir a Dimensão 1 em rodas de conversas de adolescentes e jovens.

PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

É preciso verificar se na escola há pessoas que necessitam de recursos de acessibilidade, tais como: o texto em formato digital, sonoro, em braile ou em caracteres ampliados, entre outros. No caso de pessoas com dificuldade de identificar as cores, uma solução é substituí-las por três diferentes formas: quadrado, triângulo e círculo. Pessoas com outros tipos de deficiência devem receber o apoio necessário para que possam participar do processo.

Estimativa do tempo necessário

Há escolas que reservam meio período para o trabalho com os **Indicadores da Qualidade na Educação**, outras utilizam um dia inteiro para realizar as discussões com mais tranquilidade e profundidade. Exemplo de programação:

1. Apresentação da proposta para a comunidade escolar com explicações sobre a forma de trabalho com os Indicadores e divisão dos grupos. Tempo previsto: entre 30 minutos a 1 hora.
2. Discussão da Dimensão 1 nos grupos e seleção de problemas prioritários (cada grupo, por exemplo, pode ficar responsável por 2 indicadores da Dimensão 1; não tem problema se o mesmo indicador for trabalhado por mais grupos). Tempo previsto: entre 1 hora a 1 hora e 30 minutos.
3. “Chuva de ideias” nos grupos para solução dos problemas prioritários. Tempo previsto: até 30 minutos.

⁷ AÇÃO EDUCATIVA (org.). *Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola. Antirracismo em movimento*. 2. ed. São Paulo: Ação Educativa; MEC; MIR; Unicef; Projeto Seta, 2003.

4. Plenária: encontro de todos os grupos de trabalho para apresentação das discussões, identificação de conflitos e consensos quanto às cores atribuídas e suas razões. Tempo previsto: entre 1 hora e 30 minutos a 2 horas.

5. Construção de consensos sobre os problemas de ordem prioritária. Tempo previsto: entre 30 minutos a 1 hora.

Total de horas utilizadas para a discussão: entre 4 e 6 horas aproximadamente.

No próximo encontro, pode-se trabalhar as dimensões restantes (de 2 a 6), distribuindo uma dimensão para cada grupo.

As escolas com mais de um turno podem propor uma discussão por turno, promovendo a participação de mais pessoas. Ou seja, cada turno faz sua avaliação e elabora seu plano de ação. Nesse caso, pode ser necessário um momento para verificar ações comuns em todos os planos de ações.

ATENÇÃO especial à participação de estudantes e profissionais de educação da da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essas pessoas não podem ser excluídas do processo de autoavaliação participativa!

Escolas muito grandes também podem optar por eleger representantes de estudantes para participar da discussão sobre os indicadores com os demais segmentos da comunidade escolar. Assim, deve-se garantir uma boa discussão na sala de aula e, a partir daí, eleger as pessoas representantes.

Lidando com conflitos

Durante os trabalhos em grupo, é importante que todas as pessoas participem das discussões e das atribuições de cores, evitando que alguém ou algum grupo imponha determinada visão sobre o assunto tratado. É necessário ouvir e respeitar o que o outro tem a dizer, aproveitando o momento para o diálogo. É fundamental que todas as pessoas sejam preparadas para o debate a ser realizado em torno da qualidade da escola. Inclusive, que sejam preparadas para digerir as críticas que possam surgir, buscando o momento adequado para apresentar seu ponto de vista.

Ressaltamos que o processo de escolha das cores precisa ser negociado com todas as pessoas. Caso não haja consenso entre o conjunto de

participantes, o grupo pode optar pela mistura de cores ou pelo uso de uma cor diferente para registrar a divergência de opinião, levando-a para a plenária. Conflitos de opinião existem em toda sociedade. É importante reconhecer e lidar com eles de forma madura, negociada e democrática.

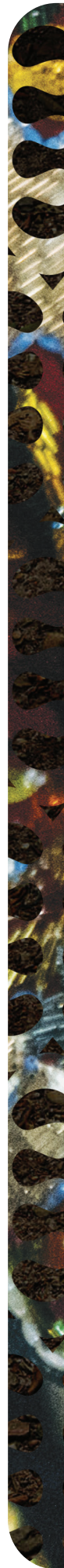
O plano de ação

Para ver concretizado um projeto de mudança, é preciso planejar. O planejamento ajuda a definir e organizar as atividades que colocaremos em prática para alcançar nossos objetivos, a decidir quais serão as pessoas responsáveis por essas atividades e a prever o tempo e as condições necessárias para sua execução.

O primeiro passo em um planejamento é saber o que queremos alcançar. Em seguida, precisamos saber o que faremos para alcançar os objetivos traçados e, então, de quais recursos (financeiros, humanos, materiais, entre outros) precisaremos para colocar em prática nosso plano em ação.

Neste caso, o principal objetivo é construir uma escola antirracista. De antemão, sabe-se da existência de uma grande força: a comunidade escolar interessada em apoiar o processo de avaliação e mudança na escola. Mas é possível ainda identificar outras forças e fraquezas, ou seja, aquilo que reforça uma ação e aquilo que pode dificultá-la. As forças têm de ser potencializadas, e as fraquezas, monitoradas de perto.

Difícilmente um planejamento termina do mesmo jeito que começou. Há planejamentos que acontecem como o previsto, outros, nem tanto. Isso não quer dizer que o planejamento não deu certo, mas sim que exige acompanhamento e avaliação. Dessa forma, é preciso estar atento, alterando o que não está dando certo e observando o que muda para melhor. Nesse sentido, reuniões periódicas ajudam a verificar se as ações estão acontecendo como foram planejadas e no tempo determinado anteriormente.



E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)?

Se a sua escola já tem um projeto político-pedagógico (PPP), rememore as principais diretrizes, seus objetivos e seus princípios. Caso a escola não possua um PPP, a utilização do **Indique Relações Raciais na Escola** é uma excelente oportunidade para que ele seja elaborado com a participação de toda a comunidade escolar. Escolas que já usaram os Indicadores afirmam que este material contribui para a revisão ou até mesmo a elaboração do PPP.

O Projeto Político-Pedagógico não é um documento definitivo, ele está em constante revisão para atender às demandas que emergem dos anseios da comunidade escolar.

Para facilitar o percurso planejamento-acompanhamento-avaliação, apresentamos como exemplo algumas situações hipotéticas. Uma vez definidas as ações, estabelecidos os prazos e os responsáveis pelas atividades, é importante indicar se as ações são de curto (nos próximos meses), médio (a serem realizadas no ano seguinte) ou longo prazos (a serem realizadas em mais de um ano).

Após realizar uma avaliação com base nos **Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais**, a escola chegou a uma lista de problemas considerados prioritários. Com o olhar voltado ao objetivo de avançar na construção de uma educação antirracista, inicia-se a elaboração de um plano de ação com as ações a serem desenvolvidas para enfrentar cada um dos problemas em ordem de prioridade, os passos para a efetivação dessas ações, seus responsáveis e os prazos possíveis para cada uma delas. Para que se possa ter uma ideia sobre como proceder, apresentamos parte de um **plano de ação**.

Dimensão	Território e territorialidades
Indicador	Indicador 2 – Direito ao território
Problema	Muitas professoras e muitos professores sentem dificuldades em abordar o tema do direito ao território em sala de aula. Frequentemente, não se sentem seguros ao lidar com informações que envolvem violação de direitos à terra. Quando os estudantes noticiam algo relacionado a sua comunidade, não sabem como agir.
O que fazer	• Roda de conversa com toda a comunidade escolar sobre a história da comunidade e das comunidades em torno. Três encontros com os mais velhos nos sábados letivos.

O que fazer	• Encontros Formativos entre os Professores sobre os direitos agrários e as especificidades dos quilombos do Maranhão. • Pesquisa conduzida pelos estudantes sobre o Direito à Terra e os Direitos Quilombolas. • Seminário de socialização, com os resultados para toda a comunidade. • Levantamento de projetos e de ações vinculados a organizações de movimentos sociais e universidades sobre a temática, para compartilhamento com a comunidade.
Responsabilidade	Maria do Carmo (coordenadora pedagógica), João Batista (liderança comunitária), Clênia (professora) e Davi (aluno do 2o ano).
Prazo	Agosto

QUANDO UTILIZAR OS INDICADORES – A AUTOAVALIAÇÃO COMO UM PROCESSO

Nossa sugestão é que a avaliação baseada nos **Indicadores de Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola: Juventude e Educação escolar Quilombola** e a elaboração do plano de ação ocorram no início do ano letivo, momento em que tradicionalmente a escola planeja e define o que será feito durante todo o ano. Algumas escolas já utilizaram os Indicadores no segundo semestre e alcançaram bons resultados. Quando se estabelecem metas de curto, médio e longo prazos, fica mais fácil para a escola distinguir as ações mais simples, que podem ser imediatamente executadas, daquelas mais complexas, que exigem mais empenho e integração.

Recomendamos que esta metodologia seja utilizada a cada dois anos, pois, tão importante quanto a avaliação da qualidade da escola pela comunidade é o acompanhamento do processo, dos resultados, dos limites e das dificuldades encontradas na implementação do plano de ação. É importante que o uso dos Indicadores seja visto como um processo pelo qual a escola passa, e não como um evento que só ocorre nos dias de avaliação e planejamento.

A decisão de compartilhar os resultados da avaliação é da comunidade escolar

Os resultados da avaliação feita com base neste material não passarão por análise externa nem serão divulgados compulsoriamente por órgãos



oficiais ou utilizados para fins de premiação ou punição de escolas. De forma alguma, como já destacado, a autoavaliação participativa pode ser usada para fins de comparação ou de ranqueamento entre escolas. A decisão de utilizar a metodologia e de compartilhar seus resultados é da escola. O objetivo, com este instrumento de avaliação, é contribuir para que a comunidade escolar se engaje na construção de uma educação antirracista.

Sabemos que a busca pela qualidade da escola não é uma responsabilidade somente da escola. Os três níveis de governo – municipal, estadual e federal – têm papel fundamental na melhoria da educação no país. Por isso, recomendamos que, ao fim das discussões, os grupos sinalizem, entre os indicadores que receberam as cores vermelha e amarela, os problemas que devem ser encaminhados à Secretaria da Educação e ao Conselho de Educação, por exemplo. Para tanto, a comunidade precisa se organizar, dialogar com outras escolas e apresentar as demandas à Secretaria da Educação para que suas ações passem a integrar os próprios planos de melhoria da educação, como parte da implementação dos Planos de Educação Nacional, Estadual e Municipal.

Os Indicadores e sua articulação com a proposta pedagógica da escola

Os Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola ganham significado quando se tornam um processo de compreensão da realidade escolar e contribuem com a proposta pedagógica. A avaliação deve subsidiar as tomadas de decisão e direcionar as intervenções para que ocorra a melhora do trabalho escolar, tendo como referência o projeto educacional da escola.

O uso combinado da coleção Indicadores da Qualidade na Educação

Como dissemos anteriormente, há volumes da metodologia Indicadores da Qualidade na Educação para o Ensino Fundamental, para a Educação Infantil, para Relações Raciais na Educação Infantil e para o Ensino Médio. Os materiais específicos das etapas de ensino – Infantil, Fundamental e Médio – podem ser combinados com o de Relações Raciais na Escola, que busca

trabalhar um dos grandes obstáculos negado e invisibilizado à garantia do direito humano à educação: o racismo.

Para combinar o uso dos diferentes Indicadores, é importante estudá-los antes. São diversas as possibilidades de uso conjunto, tais como aumentar a quantidade de grupos de discussão, selecionando as dimensões prioritárias para a realidade da escola e de sua comunidade escolar, ou planejar o debate de mais de uma dimensão por grupo, entre outras. O uso combinado é uma oportunidade de trabalhar o conceito de qualidade na educação de maneira plena.

O uso da coleção Indicadores da Qualidade na Educação para processos de monitoramento da política educacional

A partir de 2013, iniciou-se um processo de incentivo ao uso da coleção **Indicadores da Qualidade na Educação** na construção, revisão e monitoramento participativo de Planos Estaduais e Municipais de Educação por parte da Iniciativa De Olho nos Planos. Os Planos de Educação são uma lei educacional que estabelecem metas para que um município, estado ou país melhorem o atendimento educacional em um prazo de dez anos.

Os **Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola** podem ser usados de forma articulada pelo conjunto das escolas de determinado bairro, território, município, estado ou rede de ensino na elaboração do diagnóstico da situação educacional e na construção de propostas que contribuam para que os Planos de Educação virem realidade, avançando na implementação da LDB alterada pela Lei n. 10.639/03 e suas respectivas Diretrizes Nacionais rumo à reeducação das relações étnico-raciais em uma perspectiva antirracista.

A participação da comunidade escolar é fundamental para que os Planos sejam documentos vivos e consigam estabelecer metas sintonizadas com os problemas, os acúmulos e as possibilidades presentes nas escolas. Os processos de monitoramento da implementação dos Planos devem ser liderados formalmente pelos Fóruns de Educação, Conselhos de Educação e/ou Secretarias de Educação.

Para saber mais sobre o uso dos **Indicadores da Qualidade na Educação** no monitoramento participativo de Planos de Educação, visite o portal

De Olho nos Planos (disponível em: www.deolhonosplanos.org.br; acesso em: 9 dez. 2024).

POR QUE UTILIZAR UMA LINGUAGEM NÃO SEXISTA E NÃO BINÁRIA?

A linguagem é algo vivo, em transformação, que expressa as lutas por igualdade em nossa sociedade. A igualdade entre mulheres e homens é um dos princípios para uma educação de qualidade. Porém, na nossa linguagem, muitas vezes não nos damos conta, e as meninas e mulheres ficam invisíveis, algo denunciado por movimentos feministas.

A noção do gênero masculino como “neutro” na língua portuguesa parte da ideia de que o homem é “universal”, é o “padrão”, ele representa a todos. Por exemplo, ao usar de forma genérica os termos masculinos “professores”, “pais” ou “alunos”, podemos não nos dar conta de que, em determinados ambientes escolares, há uma maioria de mulheres. Por exemplo, as mulheres constituem 80% do professorado da Educação Básica; as mães e as avós constituem a maioria dos familiares que vão às reuniões de “pais”; em vários cursos, as adolescentes e jovens são a maioria, mas falamos “os alunos”.

Por isso, neste material, para reconhecer na linguagem as mulheres e as pessoas não binárias (aquelas que não se reconhecem como homens ou mulheres), utilizamos tanto a forma feminina, masculina e neutra (como “mães, pais e familiares” e não apenas “pais”), dando preferência para termos verdadeiramente neutros, como “professorado”, “adolescentes e jovens”, “população negra” ou “pessoas com deficiência”. Em alguns casos, utilizamos o “e” proposto pela linguagem neutra, como no caso de “alunas, alunes e alunos”, reconhecendo as pessoas não binárias.

A linguagem não binária é um fenômeno social, político e linguístico vinculado às lutas dos movimentos LGBTQIAP+. No Brasil, seu uso tem sido atacado por movimentos ultraconservadores que estimulam perseguições e censuras nas escolas (sobre isso, consulte o **Manual de Defesa contra a Censura nas Escolas**, disponível em: www.manualdedefesadasescolas.org.br; acesso em: 9 dez. 2024).

Certamente, esse esforço em nossa publicação não dá conta de todas as desigualdades expressas na língua portuguesa, mas é um passo para refletir criticamente, desconstruí-las em nossa cabeça em prol de uma linguagem que reconheça efetivamente todas as pessoas em suas diferenças.

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO MARANHÃO

**Uma construção coletiva pela
equidade e valorização cultural**



Tronco de árvore utilizado como ponte para atravessar ribeirão. Barreirinhas (MA), 2019.

DIMENSÃO 1

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES

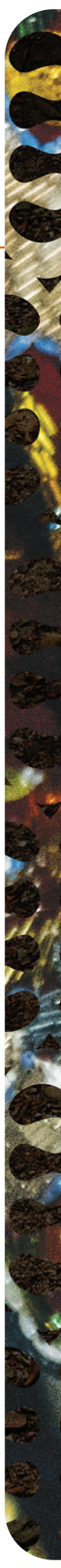
Apresentação

Para entendermos as comunidades quilombolas brasileiras é fundamental conhecer a dimensão da sua relação com o território, para além de outras questões específicas sobre esse grupo que compõem a diversidade da sociedade brasileira.

Para compreendemos a dimensão que o território tem no cotidiano dos moradores de comunidades quilombolas, se faz necessário dizer que o território para essas comunidades não é representado ou definido a partir de linhas frias e fixas, mas sim de um conjunto de relações materiais e simbólicas estabelecidas ao longo de diferentes gerações, com o espaço, com os recursos naturais, com a espiritualidade e com a ancestralidade, de forma coletiva com os pares que habitam esse mesmo espaço. Nesse sentido, o território é uma extensão do modo de vivenciar o mundo de cada grupo que reivindica sua existência a partir da sua relação com o território.

Nesses contextos, a “definição” de território depende do conjunto de relações materiais e simbólicas, transmitidas por meio da oralidade, e de experiências vivenciadas, mais do que de uma definição estatal. Sendo assim, estamos diante de uma multiplicidade de possibilidades para se pensar o território, visto que vai depender das relações específicas vivenciadas pelas pessoas na sua existência individual ou coletiva objetivada em comunidade ou grupo em contextos sociais específicos. O território ganha, assim, importância fundamental para a agência política do grupo e para o processo de autoconsciência.

O território é uma expressão de dimensão dupla para os quilombolas porque tem um sentido ontológico e epistemológico, refletindo todo o complexo das relações sociais e simbólicas estabelecidas pelos agentes pertencentes aos mais diversos grupos sociais e aos mais diversos espaços com os quais se relacionam, estabelecendo um processo de territorialização que obedece à dinâmicas próprias a esses grupos objetivadas nas ditas territorialidades específicas.





As territorialidades específicas e todo conhecimento que existem nelas fazem sentido para essas pessoas que tiveram seu mundo social formatado a partir das relações que vivenciaram dentro desse contexto. Vale ressaltar que essas situações sociais classificadas enquanto territorialidades específicas não fazem sentido fora do contexto e do entendimento do mundo social e simbólico das comunidades quilombolas e seus pares.

As territorialidades específicas, antes de tudo, se constituem enquanto espaços de reconstrução da vida e do sentido de comunidade, reconstrução da conexão com a ancestralidade dentro das possibilidades possíveis, uma vez que estas cruzam experiências coletivas vivenciadas coletivamente por gerações que não existem fora dela, sendo, portanto, a expressão da existência coletiva⁸.

INDICADORES



1. **Compreensão do que compõe território e territorialidade**

Este indicador busca evidenciar as diferenças entre os conceitos de Território e Territorialidade Quilombola, destacando como a escola reconhece, articula e valoriza esses saberes no contexto educacional.

Território quilombola: Compreende o espaço físico e simbólico ocupado pelas comunidades quilombolas, que vai além do simples aspecto geográfico. Ele é essencial para a manutenção da identidade, cultura, modos de vida, organização social e para a relação dessas comunidades com os recursos naturais.

Territorialidade quilombola: Diz respeito à conexão histórica, cultural, social e afetiva que as comunidades quilombolas estabelecem com o seu território. Essa ligação se manifesta por meio de práticas sociais, costumes, tradições e da resistência coletiva, garantindo a preservação e o uso do território de acordo com suas próprias dinâmicas e saberes ancestrais.

8 PEREIRA JÚNIOR, Davi. *Quilombola de Itamatatua Alcântara*. Graduado em História pelo CESC/UEMA, especialista em Sociologia das Interpretações do Maranhão e Mestre em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

- ☐ 1. A escola conhece a **procedência** de todos os estudantes?
- ☐ 2. O **projeto político-pedagógico** aborda e reconhece a procedência dos estudantes para a construção das práticas escolares?
- ☐ 3. A escola valoriza a **memória** e a cultura das comunidades quilombolas?
- ☐ 4. As diferentes culturas quilombolas estão presentes nas práticas educacionais?
- ☐ 5. A escola conhece e mantém diálogo com as diferentes comunidades quilombolas do seu entorno?

☐ 2. **Direito ao território**

O direito ao território é uma pauta central na luta quilombola, envolvendo não apenas a posse da terra, mas também a preservação da cultura, da identidade e dos modos de vida. Nesse contexto, é fundamental questionar como a escola tem incorporado essa discussão em seus conteúdos e práticas pedagógicas.



Ana Paula Maia/Ação Educativa

“Procedência” é utilizada aqui para identificar o local de origem do estudante, abrangendo aspectos como o bairro, povoado, quilombo onde está localizada sua residência, além de considerar o local de nascimento.

O projeto político-pedagógico é um documento de referência da escola que orienta a gestão, a realização de atividades, o currículo, as práticas educativas dentro e além da sala de aula etc. Ele deve ser elaborado e revisto periodicamente com a participação da comunidade escolar.

As “relações materiais e simbólicas” dos modos de vida das comunidades quilombolas estão intrinsecamente ligadas a sua história, cultura, e à ocupação do território. No contexto quilombola, o território não é apenas um espaço físico; ele incorpora valores simbólicos de identidade, resistência e memória coletiva. As práticas culturais, religiosas e de existência são moldadas por essas interações materiais e imateriais.



A comunidade escolar é um grupo diverso, composto de estudantes, professores, familiares, funcionários, coletivos juvenis e organizações que atuam dentro e fora da escola.

Disputas fundiárias referem-se a conflitos de posse, propriedade, uso ou ocupação de terras. Esses conflitos geralmente envolvem diferentes grupos ou indivíduos que reivindicam direitos sobre uma mesma área de terra. As disputas fundiárias podem surgir em várias situações, como:

- posse e propriedade: conflitos entre posseiros, proprietários e grileiros (pessoas que falsificam documentos para reivindicar propriedades).
- terras de comunidades tradicionais: comunidades indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais podem enfrentar conflitos ao tentar garantir seus territórios tradicionais contra invasões, apropriações indevidas ou regulamentações que limitem seu direito à terra.
- expansão urbana e agronegócio: em áreas rurais e urbanas, o aumento da demanda por terras para cultivo, criação de gado, mineração e urbanização muitas vezes leva a disputas com comunidades locais, pequenos agricultores ou grupos tradicionais.

- ☐ 1. A luta quilombola pelo direito à terra integra os conteúdos escolares?
- ☐ 2. A escola dialoga com a **comunidade escolar** sobre as **disputas fundiárias** em sua região?
- ☐ 3. A escola reconhece no currículo escolar a existência de quilombos urbanos no Maranhão?

Perguntas específicas para escolas quilombolas

- ☐ 1. A escola participa ou participou da luta pela regularização da posse do território quilombola da sua região?
- ☐ 2. A luta pela regularização da terra está presente no projeto político-pedagógico da escola?

☐ 3. **Diáspora africana na Educação Escolar Quilombola**

A educação escolar quilombola desempenha um papel fundamental na valorização das histórias, culturas e formas de resistência das comunidades quilombolas do Maranhão, ressaltando sua profunda conexão com a diáspora africana. Nesse contexto, é essencial refletir sobre como as escolas têm incorporado no currículo a valorização das histórias, identidades e contribuições dos quilombos e quilombolas na formação e construção da sociedade brasileira.

- ☐ 1. A escola aborda em seu currículo as histórias dos quilombos do Maranhão e seus heróis?
- ☐ 2. O currículo da escola aborda as culturas dos quilombos como parte importante da cultura afro-brasileira?

DIMENSÃO 2

PERTENCIMENTO E REEXISTÊNCIA

Apresentação

A Educação Escolar Quilombola (EEQ) é mais do que uma forma de se pensar ou organizar a educação que é direito das comunidades quilombolas; ela representa um marco de reexistência, resultado de lutas historicamente empreendidas por essas comunidades, em defesa de sua sobrevivência cultural, histórica e física.

Passa pelo entendimento de que a oferta de educação nos territórios deve se diferenciar no atendimento à demanda, nos serviços ofertados, na relação com a comunidade externa à escola e, sobretudo, na formulação e implementação de um currículo e de um projeto político-pedagógico que não apenas incorporem conhecimentos, vivências ou atividades, mas que sejam estruturados a partir dos saberes e memórias desses territórios.

Para Le Goff (1990), a memória é um elemento essencial da construção das identidades coletivas. Logo, à medida em que viabiliza o direito à memória histórica, a EEQ potencializa a luta pelos direitos territoriais quilombolas, já que a luta pelo território é, também, pela memória, pela história e contra o esquecimento.

Ao questionar modelos de educação homogêneos, que ignoram a diversidade étnico-racial e os processos formativos da sociedade brasileira, a EEQ reivindica o direito dos quilombolas de participarem da sociedade a partir de suas próprias perspectivas e conhecimentos. Com isso, possibilita a efetivação da justiça curricular, contribuindo para o reconhecimento e afirmação de valores étnico-raciais e quilombolas, contemplando maneiras de ser, viver e fazer das comunidades quilombolas, bem como as histórias e memórias de mulheres e homens que vivem naqueles territórios.

Isso rompe com a narrativa eurocêntrica predominante, que frequentemente invisibiliza histórias e contribuições das populações negras, além de garantir condições de agência às comunidades quilombolas ao tratá-las com dignidade e reconhecer o lugar de seus saberes no contexto da produção de conhecimento. Esse empoderamento é fundamental para a luta pela ampliação dos direitos quilombolas e pela preservação de suas culturas.



Importa ressaltar que a EEQ vai além do aprendizado escolar, pois é um ato político e cultural que reafirma a identidade quilombola, promove o pertencimento e resiste à opressão histórica. Sua implementação deve se dar por meio de uma gestão democrática, que valoriza os diálogos horizontais com a comunidade, com suas lideranças, anciãos e anciãs, bem como movimentos sociais com voz no processo de sistematização das dimensões que, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EEQ, devem estruturar o currículo (cultura, tradições, oralidade, memória, ancestralidade, mundo do trabalho, etnodesenvolvimento, estética, lutas pela terra e pelo território).

Para assegurarmos condições dignas de ensino e aprendizagem, é fundamental que as escolas quilombolas possuam instalações adequadas, bem como recursos pedagógicos contextualizados, acessibilidade e um ambiente físico seguro e estimulante. Estamos sinalizando para a garantia de condições nas quais as(os) estudantes se sintam confortáveis e acolhidas(os), contando com espaços de aprendizagem, lazer, alimentação e higiene que resguardecem a dignidade humana, bem como a garantia de transporte e mobilidade em segurança no deslocamento até a escola. Por fim, cabe destacar que infraestrutura didática e pedagógica adequada é um direito de todas(os) as(os) estudantes, como também uma evidência do compromisso governamental com a efetivação das políticas educacionais⁹.

INDICADORES

○ 1. Valorização da identidade quilombola

A identidade quilombola é dinâmica e construída coletivamente, fortalecendo-se ao longo do tempo sem perder suas raízes ancestrais. Esse processo está ligado a elementos essenciais da vivência quilombola, como ancestralidade, território, ludicidade e religiosidade. Valorizar essa identidade significa reconhecer sua importância histórica, cultural e política, garantindo seu protagonismo na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

○ 1.0 Projeto Político-Pedagógico da escola contempla aspectos como os saberes ancestrais, o modo de vida e a autonomia sociopolítica e

⁹ RODRIGUES, Fernanda. Licenciada em Pedagogia e mestre em Educação pela UFMA. Doutoranda em História. Professora do Colégio Universitário UFMA. Integra o NDE do curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola (UFMA).

econômica, reconhecendo esses elementos como parte essencial da identidade quilombola?

☐ 2. A escola valoriza a participação da juventude quilombola em diferentes espaços de representação e tomada de decisões?

☐ 3. A escola valoriza e utiliza os conhecimentos das culturas juvenis quilombolas?

☐ 2. **Memória e patrimônio**

A memória e o patrimônio são elementos essenciais na preservação da história e identidade de um povo. No contexto das comunidades quilombolas, esses conceitos ganham uma importância ainda maior, pois envolvem a preservação de saberes, práticas e espaços que narram a resistência e a luta pela terra e pela liberdade. A valorização da memória quilombola, por meio de seu patrimônio cultural, material e imaterial, fortalece a compreensão de sua contribuição para a formação da sociedade brasileira e reafirma a importância de garantir a continuidade dessas tradições para as futuras gerações.

☐ 1. O currículo da escola inclui a diversidade cultural das comunidades quilombolas do Maranhão?

☐ 2. A escola pesquisa o patrimônio material e imaterial do território quilombola?

☐ 3. A escola incorpora a memória e o patrimônio cultural das comunidades quilombolas no currículo e nas práticas educacionais?

☐ 3. **Acolhimento às diferenças**

O acolhimento às diferenças é um princípio fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Na educação, isso significa reconhecer e respeitar as diversas identidades culturais, sociais e individuais, promovendo um ambiente onde todos se sintam valorizados. No contexto das comunidades quilombolas, acolher as diferenças envolve a compreensão e a valorização das experiências e saberes desses grupos, respeitando suas particularidades e contribuindo para a construção de um espaço educacional que seja verdadeiramente inclusivo e igualitário para todos.

- ☐ 1. A juventude quilombola tem oportunidade de conhecer e ouvir por parte das professoras e professores falas positivas sobre sua estética, história, conhecimento e vida de pessoas de sua comunidade?
- ☐ 2. Há preocupação do professorado em escutar e compreender a situação de vida, os diferentes jeitos de participar e as diferentes formas de se comunicar e de aprender de crianças e jovens quilombolas?
- ☐ 3. No ambiente escolar, há imagens e ações que valorizem a beleza, a opinião e o trabalho das mulheres quilombolas?
- ☐ 4. São apresentadas na escola as lideranças femininas e seu protagonismo na luta quilombola?
- ☐ 5. A escola valoriza a participação da juventude quilombola em diferentes espaços de representação e tomada de decisões?
- ☐ 6. A escola valoriza e utiliza os conhecimentos das culturas juvenis quilombolas?

F de Jesus/Shutterstock



DIMENSÃO 3

JUVENTUDE QUILOMBOLA

Apresentação

No Maranhão, estado com uma das maiores populações quilombolas do Brasil, a implementação de políticas educacionais que respeitem a identidade cultural dessas comunidades enfrenta obstáculos estruturais e sociais. A juventude quilombola, herdeira de um legado histórico de resistência, convive com escolas precárias, falta de infraestrutura, recursos didáticos insuficientes e carência de professores capacitados. Essas condições, somadas à discriminação racial e às responsabilidades familiares que muitos jovens precisam assumir, resultam em altas taxas de evasão escolar e limitam oportunidades de desenvolvimento.

A educação emerge como um eixo central para superar esses desafios. Quando contextualizada, ela fortalece a identidade cultural, combate o racismo e empodera os jovens quilombolas. A valorização da história afro-brasileira nos currículos, por exemplo, reforça a autoestima e orgulho das raízes ancestrais, essenciais para a preservação da memória coletiva. Além disso, o acesso a uma educação de qualidade capacita os jovens academicamente, transformando-os em agentes de mudança capazes de liderar iniciativas de desenvolvimento sustentável em suas comunidades.

As políticas educacionais voltadas para quilombolas têm papel estratégico. Diretrizes como a Resolução CNE/CEB n. 8/2012 estabelecem parâmetros curriculares que integram saberes tradicionais e combate ao racismo estrutural. A Política Nacional de Equidade (PNEERQ¹⁰, 2024) e a cartilha **Aquilomba Brasil**¹¹ reforçam o compromisso com infraestrutura escolar digna, formação docente específica e participação comunitária na gestão das escolas. Essas medidas buscam reduzir desigualdades históricas, garantindo transporte, alimentação e materiais pedagógicos alinhados às realidades locais.

10 BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola* (PNEERQ). Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq>. Acesso em: 25 jan. 2025.

11 BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. *Aquilomba Brasil*. MIR: Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/Aquilomba-Brasil/cartilha-aquilomba-brasil-site.pdf/view>. Acesso em: 25 jan. 2025.



A efetivação das políticas educacionais quilombolas no Maranhão depende da superação de desafios históricos, mas também do reconhecimento do potencial transformador da juventude. Investir em escolas que valorizem a cultura local, formar professoras(es) sensíveis à diversidade e garantir participação comunitária são passos essenciais para uma educação verdadeiramente emancipatória. Ao integrar saberes tradicionais e acadêmicos, esses jovens não apenas fortalecem suas comunidades, mas também reafirmam o direito à existência digna, contribuindo para um país mais justo e plural.

Grêmios estudantis são uma organização que nasce da união de estudantes de uma escola para representar seus interesses. O direito dos estudantes à organização de grêmios está previsto na legislação federal.

A rotina do estudante quilombola é influenciada por diversos fatores que afetam seu percurso até a escola. Para aqueles que vivem em comunidades rurais, um dos principais aspectos que moldam sua rotina é a participação nas atividades de subsistência da família, como o cuidado com a roça, o cultivo de plantações e a pesca. Já os estudantes que residem em quilombos urbanos enfrentam desafios relacionados à mobilidade, o que também impacta seu acesso à educação.

INDICADORES

☐ 1. Juventude quilombola e participação

A juventude quilombola desempenha um papel crucial na continuidade e no fortalecimento das lutas e tradições quilombolas. Ao promover a participação ativa dos jovens, é possível garantir que suas vozes sejam ouvidas nas questões que impactam a vida deles, como a preservação do território, a cultura e os direitos civis. A valorização da juventude quilombola na educação e na sociedade é fundamental para assegurar que essas novas gerações estejam preparadas para defender suas identidades, heranças e direitos, contribuindo para um futuro que reconheça e valorize as diferenças.

- ☐ 1. A escola possui **grêmios**?
- ☐ 2. O grêmio participa das discussões de questões quilombolas?
- ☐ 3. A escola conhece a **rotina** do estudante quilombola?
- ☐ 4. A escola divulga ou está articulada a programas e políticas sociais de cultura ou cursinhos populares para acesso ao Ensino Superior destinado a juventude quilombola?
- ☐ 5. A escola conhece e divulga as políticas públicas (municipais, estaduais e federais) voltadas à população quilombola?

2. **Racismo ambiental**

É muito comum jovens negros quilombolas nunca terem visitado a região central de sua cidade ou, ainda, jovens de regiões centrais nunca terem tido contato com outras realidades periféricas. O direito humano à cidade é previsto nas normas internacionais e na legislação nacional, isto é, toda pessoa tem o direito de usufruir das vantagens, dos serviços e das oportunidades oferecidas pelas cidades. O carro, a profunda concentração de terra também constitui obstáculo à garantia de condições de vida e de circulação livre de estudantes dessas regiões, entre eles, da população quilombola e indígena. Nesse sentido, a sala de aula não pode ser encarada como o único espaço de desenvolvimento de aprendizagens. Poder circular pela cidade, conhecer os equipamentos públicos, coletivos culturais da região, as instituições de ensino, os espaços de lazer e esporte, os movimentos sociais, as comunidades tradicionais, os parques e áreas de preservação ambiental e muitos outros lugares de interesse representa uma oportunidade para experiências e aprendizagens que serão úteis, sendo fundamentais para a vida e devendo fazer parte dos projetos pedagógicos das escolas, pensados na articulação potente entre educação, cultura e meio ambiente¹².

-  1. A escola discute os desafios gerados pelas mudanças climáticas aceleradas no aprofundamento do racismo ambiental que impacta diretamente as comunidades quilombolas?
-  2. A escola promove debate sobre o direito a circular pela cidade?
-  3. A escola incentiva os estudantes a conhecer seu próprio território, assim como outras regiões?

3. **Juventude quilombola e direito ao trabalho**

Um dos grandes desafios que permeiam as juventudes quilombolas diz respeito à formação e ao direito ao trabalho. A escola tem como um de

12 Racismo ambiental é um termo usado para denunciar os efeitos desproporcionais da destruição ambiental e da crise climática em comunidades negras, indígenas e de outros grupos discriminados racialmente. Enchentes, secas, furacões, desabamentos, terremotos, falta de saneamento básico e de áreas verdes, criação de lixões em comunidades periféricas, desmatamento e mineração em áreas indígenas e quilombolas são algumas das manifestações de racismo ambiental. Trecho retirado de: <https://indicadoreseducacao.org.br/indique-relacoes-raciais/>; acesso em: 10 out. 2024.

seus principais objetivos proporcionar uma educação que fortaleça a identidade quilombola e prepare os jovens para o mundo do trabalho. Garantir o acesso a políticas públicas que assegurem oportunidades de emprego dignas e condições adequadas de trabalho é fundamental para que esses jovens possam fazer suas escolhas sem abrir mão de suas raízes culturais e territoriais.

Além disso, é essencial promover espaços de reflexão sobre a oferta e as condições de trabalho, as perspectivas de manutenção da identidade quilombola e, sobretudo, garantir que esses jovens tenham condições de decidir se desejam permanecer em suas comunidades ou buscar oportunidades fora de seus territórios. No entanto, essas oportunidades devem ser oferecidas como possibilidades, e não impostas como únicas alternativas para os jovens quilombolas.

- ☐ 1. A escola desenvolve ações visando contribuir para a permanência dos estudantes quilombolas em seus territórios?
- ☐ 2. A escola promove ações sobre o mundo do trabalho e escolha profissional com base nas demandas e expectativas específicas dos estudantes quilombolas?
- ☐ 3. A rotina escolar acolhe o estudante quilombola trabalhador?
- ☐ 4. A escola desenvolve ações específicas visando à permanência e à conclusão dos estudantes quilombolas do Ensino Médio?



Ingrid Barros

DIMENSÃO 4

GESTÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Apresentação

A educação quilombola está pavimentada sobre as relações históricas, culturais e identitárias quilombolas. A participação dos estudantes nos espaços de decisões das instituições educativas perpassa pela necessidade da prática de gestões democráticas nas escolas.

É por meio da participação dos estudantes que será possível colocar em debate as condições de acesso e permanência deles. Partindo do princípio de que o acesso à escola é fundamental para a juventude – mas não qualquer acesso –, esse preceito deve estar acompanhado das condições de permanência e viabilidade de desenvolver as atividades pedagógicas com qualidade. Nesse sentido, as condições educacionais dos estudantes devem ser pensadas enquanto conjunto de ações que incluem acessibilidade, alimentação, proximidade da família, formação adequada dos educadores, infraestrutura das escolas, material didático, acesso aos serviços de saúde, entre outras políticas públicas necessárias.

Somente a partir do desenvolvimento de ações que atendam a todas as demandas apresentadas pelos estudantes, será possível promover uma educação adequada e formar uma nova geração de brasileiras e brasileiros quilombolas deste país.

Para que tais demandas sejam debatidas nas escolas, é fundamental que estas construam espaços de participação de estudantes, a fim de exercer sua autonomia e proatividade por meio da representação nas instâncias consultivas e deliberativas, como conselhos e comissões escolares. Além disso, é fundamental que as instituições de ensino criem e fortaleçam as entidades de representação estudantil na perspectiva de proporcionar a participação dos estudantes nas tomadas de decisão. Neste sentido, a organização estudantil, por meio de grêmios, é uma estratégia importante como espaço de formação política e de participação estudantil.

Além de ter acesso às já mencionadas políticas públicas, os estudantes devem ser atendidos com o que dispõem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, pois a educação pautada na história, cultura e identidade, como reivindicada pelos movimentos sociais



e nas organizações comunitárias, precisa ser promovida pelas escolas, que têm o dever de articular conhecimento tradicional e científico como forma de promover uma formação completa.

INDICADORES

☐ 1. Educação Escolar Quilombola e saberes ancestrais

A educação quilombola é um espaço vital para a valorização e transmissão dos saberes ancestrais das comunidades quilombolas. Esses saberes, transmitidos de geração a geração, são fundamentais para a compreensão da identidade, cultura e formas de organização dessas comunidades. Ao integrar os conhecimentos tradicionais com as práticas pedagógicas contemporâneas, a educação quilombola fortalece o pertencimento, a resistência e a preservação das culturas originárias, contribuindo para a formação de uma educação mais inclusiva, respeitosa e fiel às raízes de cada povo.

- ☐ 1. A escola acessa os saberes tradicionais de seu território?
- ☐ 2. O que a escola utiliza para promover a articulação de saberes?
- ☐ 3. A escola realiza práticas educativas que visam contribuir para a preservação dos saberes ancestrais?
- ☐ 4. A escola incentiva a participação dos mais velhos nas atividades curriculares?
- ☐ 5. O calendário escolar considera as especificidades da comunidade/território?

☐ 2. Marcos legais

A educação escolar quilombola é fundamentada em marcos legais que garantem o direito à educação de qualidade, respeitando as especificidades culturais, históricas e sociais das comunidades quilombolas. Esses marcos, como as Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, que tornam obrigatória a inclusão do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, são essenciais para assegurar que o conhecimento e as

tradições quilombolas sejam valorizados e preservados. Além disso, garantem o direito dessas comunidades à educação contextualizada, que reflita suas realidades e necessidades, promovendo a equidade e a justiça social.

☐ 1. Na escola, são realizados momentos formativos de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola?

☐ 2. A escola conhece a **Resolução 189/2020** – Diretrizes Curriculares Estaduais para a Qualidade da Educação Escolar Quilombola no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão?

☐ 3. Há ações de acompanhamento das discussões voltadas para a **Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)**?

☐ 3. **Gestão democrática**

A gestão democrática na educação escolar quilombola é um princípio essencial para garantir a participação ativa de toda a comunidade no processo educativo. Isso significa que familiares, estudantes, professorado e lideranças quilombolas têm voz nas decisões da gestão escolar, no currículo e nas práticas pedagógicas. A gestão democrática fortalece o vínculo entre a escola e a comunidade, promovendo um ambiente de aprendizado mais inclusivo e respeitoso às particularidades culturais e sociais das comunidades quilombolas, além de garantir que os processos educacionais estejam alinhados com os valores e as necessidades locais.

☐ 1. A escola possui conselho escolar atuante, composto de forma paritária, compondo todos os segmentos da comunidade escolar (professorado, estudantes, familiares e demais profissionais da educação)?

☐ 2. Todos os segmentos participam das decisões de prioridades do uso dos recursos financeiros da escola?

A Resolução 189/2020 estabelece as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Qualidade da Educação Escolar Quilombola no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão. Essa resolução tem como objetivo garantir a valorização, o respeito e a promoção dos saberes e das culturas quilombolas nas escolas do estado. Disponível em: <https://conselhodeeducacao.ma.gov.br/files/2019/10/RESOLU%C3%87%C3%83O-189-2020.pdf>.

A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq) tem como objetivo implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino, bem como à promoção da política educacional para a população quilombola. O público prioritário é formado por gestores, professores, funcionários, estudantes, ou seja, a Pneerq abrange toda a comunidade escolar. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq>.

☐ 3. A escola apresenta à Secretaria sua demanda de formação e de acompanhamento referentes à implementação da educação escolar quilombola?

☐ 4. A escola presta contas à comunidade, apresentando regularmente o orçamento da escola e seus gastos?

☐ 4. **Conhecimento do perfil dos estudantes e de seus territórios**

A análise dos dados dos estudantes matriculados na educação escolar quilombola revela importantes questões relacionadas ao território, à raça/cor e ao acesso às políticas públicas. As comunidades quilombolas, muitas vezes situadas em áreas rurais ou de difícil acesso, enfrentam desafios significativos para garantir o direito à educação de qualidade. Além disso, as políticas públicas voltadas para essas populações, como o financiamento da educação quilombola e a implementação de ações afirmativas, têm papel crucial na promoção da equidade. Ao considerar as especificidades do território e as características raciais dos estudantes, é possível identificar as desigualdades e avançar na implementação de políticas que garantam o pleno acesso à educação, respeitando e valorizando a identidade e as necessidades de cada comunidade.

☐ 1. A escola coleta os dados de raça/cor dos estudantes?

☐ 2. Na ficha de matrícula há um campo que identifica o território de residência do estudante?

☐ 3. O profissional responsável pelo preenchimento da matrícula recebe formação específica para compreender a importância da coleta de dados para a consolidação das políticas públicas voltadas à população quilombola?

☐ 4. A escola desenvolve escuta ativa dos estudantes para conhecer suas necessidades específicas?

☐ 5. A escola desenvolve escuta ativa de estudantes com deficiência e suas famílias sobre como enfrentar o capacitismo e suas barreiras para plena acessibilidade, visando à inclusão efetiva na instituição?

5. Diálogo entre a escola e a comunidade

O diálogo entre a escola e a comunidade quilombola é fundamental para a construção de uma educação mais inclusiva e respeitosa. Esse diálogo permite que a escola compreenda as necessidades e realidades locais, incorporando os saberes, os valores e as experiências da comunidade no processo pedagógico. Ao envolver as lideranças quilombolas, as famílias e os estudantes na definição do currículo e nas decisões escolares, a educação se torna mais significativa e alinhada às tradições e lutas da comunidade. Esse processo fortalece a identidade quilombola e contribui para a formação de cidadãos conscientes e engajados na preservação de suas culturas e territórios.

- ☐ 1. A gestão escolar dialoga com as lideranças das comunidades?
- ☐ 2. A escola mantém diálogo e parcerias com organizações e movimentos quilombolas, movimento negro e universidades?
- ☐ 3. Essas organizações, grupos e/ou pessoas têm espaço de participação nas atividades da escola na construção de estratégias para implementação e monitoramento das **DCNEEQ**?
- ☐ 4. A escola possui articulação com serviço de saúde local sobre prevenção e encaminhamento de casos de **anemia falciforme** e demais doenças que acometem predominantemente a população negra?

6. Infraestrutura

A infraestrutura nas escolas quilombolas é um aspecto crucial para garantir um ambiente de aprendizagem adequado e digno para os estudantes. Muitas dessas escolas enfrentam desafios como falta de recursos básicos, salas de aula adequadas, acesso a tecnologias, materiais didáticos e infraestrutura sanitária. Melhorar a infraestrutura escolar nas

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ). Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf.

Anemia falciforme é uma doença hereditária caracterizada pela alteração dos glóbulos vermelhos do sangue, tornando-os parecidos com uma foice, daí o nome falciforme. Essas células têm sua membrana alterada e rompem-se mais facilmente, causando anemia. A hemoglobina, que transporta o oxigênio e dá a cor aos glóbulos vermelhos, é essencial para a saúde de todos os órgãos do corpo. Essa doença é mais comum em pessoas negras. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br>.



comunidades quilombolas é essencial para proporcionar uma educação de qualidade, que respeite as especificidades culturais e territoriais dessas populações. Investir em espaços que atendam às necessidades pedagógicas e de convivência das escolas quilombolas é um passo importante para garantir igualdade de oportunidades e fortalecer o direito à educação para todos.

- ☐ 1. A escola funciona em prédio próprio?
- ☐ 2. A arquitetura da escola respeita o entorno natural e cultural da comunidade?
- ☐ 3. A estrutura física da escola é adequada em termos de acessibilidade e comodidade para os estudantes?
- ☐ 4. As instalações da escola são seguras, adequadas e bem conservadas?
- ☐ 5. A ambientação da escola reflete e valoriza a história, a cultura e as tradições das comunidades quilombolas?
- ☐ 6. Há espaços adequados para a realização de atividades culturais e esportivas dentro da escola?
- ☐ 7. A escola possui uma biblioteca com um acervo significativo de obras que valorizam as culturas e literaturas negra e quilombola?
- ☐ 8. Há ações de incentivo à leitura de obras da literatura africana e afro-brasileira dentro do ambiente escolar?

☐ 7. **Alimentação e transporte**

A alimentação e o transporte escolar são aspectos essenciais para garantir o acesso e a permanência dos estudantes quilombolas na escola. Muitas comunidades enfrentam dificuldades de acesso devido à distância e à falta de transporte adequado, o que pode comprometer a frequência e o desempenho escolar. Além disso, a alimentação escolar deve ser nutricionalmente adequada e, sempre que possível, refletir a cultura local, valorizando os alimentos tradicionais das comunidades quilombolas. Garantir transporte seguro e uma alimentação saudável é fundamental para criar condições que promovam a equidade educacional e o bem-estar dos estudantes quilombolas.



Ana Paula Maia/Ação Educativa

Perguntas destinadas às escolas em territórios quilombolas

- ☐ 1. A alimentação oferecida na escola respeita a cultura alimentar local e as tradições das comunidades quilombolas?
- ☐ 2. Os alimentos fornecidos são de boa qualidade e suficientes para atender às necessidades nutricionais dos estudantes?
- ☐ 3. A escola faz aquisição dos alimentos da produção local de acordo com as DCNEEQ?
- ☐ 4. A escola oferece transporte para os estudantes dos territórios quilombolas?
- ☐ 5. O transporte escolar é adequado e acessível para todos os estudantes?
- ☐ 6. Os estudantes enfrentam dificuldades no acesso ao transporte escolar?



Palha de babaçu usada pela Comunidade Juçaral na cobertura das casas. Chapadinha (MA), 2010.

DIMENSÃO 5

GARANTIA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORAS(ES) QUILOMBOLAS

Apresentação

A formação inicial e continuada de professoras(es) quilombolas deve garantir uma educação contextualizada, antirracista e alinhada às diretrizes da Educação Escolar Quilombola, por meio da implementação de políticas públicas que promovam capacitação específica, financiamento adequado, produção de materiais didáticos adequados e fortalecimento de parcerias institucionais. Dessa forma, busca-se contribuir para a construção de uma educação transformadora, inclusiva e comprometida com a justiça social e a equidade educacional dos povos quilombolas.

A educação quilombola é um direito fundamental para a preservação da identidade, história e cultura das comunidades quilombolas no Brasil. Nesse contexto, a formação inicial e continuada de professoras(es) quilombolas é um elemento essencial para garantir a qualidade do ensino e o respeito às especificidades socioculturais dessas populações.

A formação adequada das professoras(es) que atuam nas comunidades quilombolas e com estudantes quilombolas é um fator determinante para assegurar uma educação contextualizada, antirracista e alinhada às diretrizes da Educação Escolar Quilombola. Isso significa que os docentes devem receber capacitação específica, que contemple:

- o reconhecimento da história e das lutas dos povos quilombolas;
- a valorização das tradições, saberes e práticas comunitárias;
- o ensino de estratégias pedagógicas adequadas à realidade local;
- a promoção de uma educação antirracista e inclusiva;
- o desenvolvimento de materiais didáticos condizentes com a identidade quilombola.

Apesar dos avanços em legislação e diretrizes educacionais, ainda há desafios significativos na implementação da formação Inicial e Continuada das(os) professoras(es) quilombolas. Entre os principais entraves estão:

- a ausência de políticas e programas específicos para a formação de professores quilombolas;

- a ausência de políticas direcionadas à contratação de professores quilombolas e preferencialmente das comunidades oriundas;
- a falta de programas específicos e continuados de formação;
- a ausência de concursos públicos destinados à contratação de professores quilombolas;
- a escassez de investimentos públicos em educação quilombola;
- a necessidade de maior reconhecimento institucional e político da modalidade de educação escolar quilombola;
- a falta de materiais pedagógicos contextualizados.

Para enfrentar esses desafios, é essencial que sejam fortalecidas políticas públicas que garantam:

- programas permanentes de formação Inicial e Continuada para professoras(es) quilombolas;
- maior financiamento e estruturação das escolas quilombolas;
- produção e distribuição de materiais didáticos apropriados;
- parcerias entre universidades, instituições de formação e comunidades quilombolas para construção de currículos contextualizados.

A garantia da formação Inicial e Continuada de professoras(es) quilombolas é um passo crucial no fortalecimento da educação escolar quilombola, além de assegurar que ela seja realmente transformadora, inclusiva e respeitosa com as tradições e histórias das comunidades. Investir na capacitação desses profissionais significa reafirmar o compromisso com a justiça social, a equidade educacional e o direito dos povos quilombolas a uma educação de qualidade e culturalmente significativa.

INDICADORES



1. Contratação de professoras(es) e demais profissionais

A contratação de professoras(es) e funcionários quilombolas nas escolas dessas comunidades é fundamental para garantir uma educação que respeite e valorize a cultura, a identidade e as realidades locais. Esses profissionais, com vínculo direto com as comunidades, têm um conhecimento profundo das questões históricas, sociais e culturais que envolvem a população quilombola, além de uma conexão genuína com os saberes

ancestrais. Valorizar a contratação de quilombolas para cargos pedagógicos e administrativos fortalece a autonomia da escola, promove a representatividade e assegura uma educação mais inclusiva e contextualizada, alinhada às necessidades e especificidades da comunidade.

- ☐ 1. Na escola, há presença de professoras(es) quilombolas formados da comunidade?
- ☐ 2. A escola recebe professoras(es) de outros territórios?
- ☐ 3. O quadro de professorado tem como maioria professoras(es) quilombolas?
- ☐ 4. A Secretaria Estadual de Educação oferece concurso específico para a contratação de professoras(es) quilombolas?
- ☐ 5. O número de profissionais é suficiente para o bom funcionamento da escola?

☐ 2. **Formação continuada de profissionais da educação**

A formação de professoras(es) nas escolas quilombolas deve estar alinhada às Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Essas leis são fundamentais para promover uma educação inclusiva e de qualidade, que valorize as tradições e a identidade dos povos quilombolas. Além disso, é essencial que os educadores conheçam os marcos legais específicos para a educação escolar quilombola, como a Lei n. 11.645/2008, que garante o direito à educação contextualizada e respeitosa das realidades dessas comunidades. A formação contínua das professoras(es), com foco nesses marcos legais, é um passo importante para a construção de uma educação mais equitativa e plural.

- ☐ 1. A Secretaria realiza formação continuada de acordo com os eixos propostos pelas DCNEEQ?
- ☐ 2. A escola ou a Secretaria de Educação oferece permanentemente cursos ou ações de formação para gestores escolares, professores e demais funcionários da escola sobre a Educação Escolar Quilombola ? Essas ações são informadas à comunidade escolar?

☐ 3. Há espaço na escola para discussões sobre as lutas quilombolas e o papel da escola na mitigação das desigualdades educacionais para essa população?

☐ 3. **Acesso a recursos materiais para a formação permanente**

☐ 1. Em sua escola, os professores têm condições de preparar adequadamente os planos de aulas e pesquisar outros materiais didáticos e audiovisuais para uso em sala de aula?

☐ 2. A escola recebeu, no último ano, materiais específicos elaborados pela Secretaria de Educação sobre a modalidade de Educação Escolar Quilombola?

☐ 3. A Secretaria estabelece ou apoia parcerias entre universidades e comunidades quilombolas para a formação de docentes em nível superior?



Ana Paula Maia/Ação Educativa

DIMENSÃO 6

SUPERAÇÃO DO RACISMO RELIGIOSO NA ESCOLA E GARANTIA DE UMA EDUCAÇÃO LAICA

O racismo religioso, particularmente contra as religiões de matriz africana, representa uma criminalização da prática espiritual, muitas vezes dentro de uma visão limitada de religião, centrada no cristianismo. Um exemplo disso é a tentativa de associar Exu ao diabo, conceito inexistente nas culturas afro-brasileiras. É importante frisar que o racismo religioso não se resume à demonização de símbolos religiosos, mas se estende à forma mais agressiva: a destruição de terreiros, locais de resistência e preservação cultural das comunidades afro-brasileiras, incluindo as quilombolas. É crucial que profissionais das escolas estejam preparados para acolher denúncias de crimes de intolerância religiosa.

Este tipo de violência, direcionada aos terreiros e aos povos que neles se encontram, é um reflexo de um racismo estrutural que há séculos ataca a liberdade de culto, sendo necessário ampliar o debate sobre o direito à existência dos povos de terreiro e garantir o respeito aos dogmas e fundamentos religiosos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura a liberdade de culto, e, no Brasil, atitudes como essa são tipificadas como crime. Entre 2015 e 2019, o Brasil registrou uma denúncia de intolerância religiosa a cada 15 horas, com uma parte significativa das agressões direcionadas a praticantes de religiões de matriz africana, como a umbanda e o candomblé.

Em 2018, das 506 denúncias de intolerância religiosa, 152 envolveram vítimas dessas religiões. Esse dado revela não apenas a violência religiosa, mas também o medo de se identificar como parte de uma religião de matriz africana, um reflexo do racismo religioso e da falta de reconhecimento da diversidade religiosa no país. A intensificação dos ataques nas décadas seguintes, com um aumento de 45% nos casos de crimes religiosos entre 2021 e 2022, confirma que essas práticas não são simples intolerâncias, mas, sim, o reflexo de um racismo religioso estrutural que atinge de forma particular as comunidades quilombolas e de terreiro.

Como observa o advogado Hédio Silva, coordenador do Instituto de Defesa das Religiões Afro-Brasileiras (Idafro), o termo “intolerância religiosa” é



insuficiente, pois, além de atingir a religiosidade, essas práticas de ataque buscam destruir todo o patrimônio cultural e o legado civilizatório herdado dos povos africanos e seus descendentes. Para o professor e babalorixá Sidnei Barreto Nogueira, o desconhecimento da cultura africana nas escolas contribui para a perpetuação de estereótipos e imagens negativas das religiões de matriz africana. Embora o ensino da história e cultura africana seja obrigatório no Brasil desde 2003, ainda há uma escassez de conteúdo relevante nas escolas, locais que poderiam ajudar no combate ao racismo e à intolerância religiosa.

O racismo religioso é um projeto contra a expressão cultural afro-brasileira e está profundamente enraizado em uma história de teorias racistas que associam os povos africanos a uma raça inferior. Nesse contexto, a recente Lei n. 14.532/2023, que tipifica como crime a injúria racial, inclui também o racismo religioso, protegendo as práticas religiosas em diversos contextos, incluindo esportivo e artístico. No que se refere às crianças, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garantem a liberdade de crença, mas é preciso garantir que a experiência religiosa, principalmente nos terreiros de umbanda e candomblé, seja protegida. Crianças de religiões afro-brasileiras têm sido vítimas de agressões por ostentarem símbolos religiosos, causando danos emocionais e sociais significativos.

É urgente a responsabilização conjunta das famílias, da sociedade e do Estado, com a escola desempenhando um papel essencial no combate ao racismo. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (2016) indicam que 4,2% dos estudantes de 13 a 17 anos sofreram humilhações nas escolas devido à sua religião, o que coloca a intolerância religiosa como uma das principais causas de discriminação no ambiente escolar, atrás apenas de discriminação por aparência e cor/raça.

Por fim, a categorização do racismo religioso requer uma reflexão sobre as relações étnico-raciais e migratórias, desconstruindo estereótipos e reconhecendo a diversidade de manifestações culturais e religiosas, especialmente aquelas oriundas da África e reconfiguradas no Brasil. Nesse processo, é essencial o trabalho de conscientização e formação continuada de profissionais da educação, de modo que compreendam seu papel na construção de uma sociedade mais justa e equânime, livre de racismo religioso.

INDICADORES

☐ 1. Enfrentamento e combate ao racismo

O enfrentamento e combate ao racismo nas escolas quilombolas são fundamentais para garantir uma educação inclusiva, respeitosa e igualitária. Essas escolas, que atendem comunidades historicamente marginalizadas, desempenham um papel crucial na desconstrução de estereótipos e no fortalecimento da identidade racial dos estudantes. A prática educativa nas escolas quilombolas deve valorizar a cultura, os saberes e as tradições negras, ao mesmo tempo em que promove a reflexão crítica sobre as desigualdades raciais e o papel do racismo estrutural. A educação antirracista nas escolas quilombolas é, portanto, uma ferramenta essencial para combater a discriminação e promover a justiça social.

☐ 1. A escola reconhece que existem diferentes religiões em sua comunidade escolar e que há pessoas que não professam nenhuma religião?

☐ 2. A escola promove momentos em que os estudantes participam de reza ou oração com inclinação para alguma religião específica?

☐ 3. Na escola, os estudantes, profissionais de educação e familiares vinculados a religiões de matriz africana (umbanda, candomblé etc.) são respeitados, mesmo quando usam adereços religiosos (fios de contas, panos de cabeça etc.)?

☐ 2. Respeito às diferentes manifestações do sagrado nos territórios

O respeito às manifestações do sagrado nas escolas quilombolas é essencial para valorizar as práticas religiosas e espirituais que fazem parte da identidade e cultura dessas comunidades. Muitas vezes, as religiões de matriz africana, como o candomblé, tambor de mina e a umbanda, estão profundamente entrelaçadas com as tradições quilombolas, sendo expressões de resistência e pertencimento. Na educação escolar, é fundamental que essas manifestações sejam reconhecidas e respeitadas, criando um ambiente que promove a convivência harmoniosa e o entendimento sobre a diversidade religiosa. Assim, as escolas quilombolas não apenas preservam a memória e os saberes ancestrais, como também fortalecem o compromisso com a pluralidade e o respeito mútuo.



☐ 1. A escola conhece as diferentes práticas religiosas existentes nas comunidades?

☐ 2. Na construção do calendário escolar as festividades das comunidades são respeitadas?

☐ 3. **Protocolos e encaminhamentos para o enfrentamento ao racismo religioso**

O enfrentamento ao racismo religioso nas escolas quilombolas é um passo crucial para garantir o respeito e a valorização das religiões de matriz africana, presentes em muitas dessas comunidades. Estabelecer protocolos claros de combate à discriminação religiosa é essencial para criar um ambiente escolar inclusivo e seguro, onde todas as manifestações de fé sejam respeitadas. Esses protocolos devem envolver ações de sensibilização, formação dos profissionais da educação e estratégias de diálogo com a comunidade escolar, promovendo a compreensão sobre a importância das práticas religiosas quilombolas e combatendo qualquer forma de intolerância religiosa. Dessa forma, as escolas quilombolas contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

☐ 1. Em caso de discriminação religiosa em ambientes escolares, as profissionais de educação intervêm para colocar limite e refletir coletivamente sobre o porquê disso?

☐ 2. Na escola, há procedimentos de escuta, registro e encaminhamento de denúncias de discriminações contra os estudantes, profissionais de educação e familiares por razões religiosas?

☐ 3. A escola adota algum protocolo específico para a compensação de faltas dos estudantes que, por motivos religiosos, precisam se ausentar para realizar algum tipo de recolhimento?

PARA SABER MAIS

Movimentos quilombolas

Centro de Cultura Negra do Maranhão

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)

Fundação Cultural Palmares

Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa

Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara (MOMTRA)

Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE)

Pastoral da Terra

Secretaria e Organizações do Movimento Negro do Maranhão

Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial do Maranhão

Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultoras(es) Familiares de Alcântara (STTR/Alcântara)

Movimentos quilombolas no Maranhão

Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (ACONERUQ)

Associação do Território Étnico Quilombola de Alcântara (ATEQUIL)

Movimento Quilombola de Bequimão (MOQBEO)

Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom)

União das Associações de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Município de Itapecuru-Mirim (Uniquita)

União das Associações Quilombolas das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Município Anajatuba (UNIQUITUBA)

União das Comunidades Quilombolas do Município de Icatu (UCQMI)

União das Comunidades Quilombolas do Município de Matinha (UNIQMATI)



Brincante do Bumba-
-meu-boi. São Luís (MA),
2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO EDUCATIVA. **Indicadores da Qualidade na Educação**. São Paulo: Ação Educativa; Unicef; Inep-MEC, [20??]. Disponível em: <https://indicadoreseducacao.org.br/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

AÇÃO EDUCATIVA. **Indicadores da Qualidade na Educação**. São Paulo: Ação Educativa; Unicef; PNUD, Inep-MEC, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf. Acesso em: 23 fev. 2025.

AÇÃO EDUCATIVA *et al.* **Indicadores da Qualidade na Educação**. Relações raciais na Educação Infantil. São Paulo: Ação Educativa, 2023. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2023/12/relacoes_raciais_infantil_2023.pdf. Acesso em: 23 fev. 2025.

ASSOCIAÇÃO DE COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO – ACONERUQ. Estatuto de Reformulação da ACONERUQ. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resoluções CEB 2012**. Brasília, DF. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-ceb-2012>. Acesso em: 25 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)**. MEC: Brasília, DF, 2024. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq>. Acesso em: 25 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Brasília, DF: [20??]. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br>. Acesso em: 23 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Guia de políticas sociais: quilombolas**. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/Guia_de_Politicas_Sociais_Quilombolas.pdf. Acesso em: 23 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. **Aquilomba Brasil**. MIR: Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/Aquilomba-Brasil/cartilha-aquilomba-brasil-site.pdf/view>. Acesso em: 25 jan. 2025.

DE Olho nos Planos. Autoavaliação participativa: por uma avaliação viva: das escolas aos planos de educação. YouTube, 14 ago. 2017. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UUMyeLPnWc>. Acesso em: 23 fev. 2025.

FERREIRA, Denison da Silva. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na Ciência Geográfica. **Formação Educom nos Territórios 2019-2020**. Universidade Federal do Pará, Pará, 2019. Disponível em: <https://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2019-08/TERRITO%CC%81RIO%2C%20TERRITORIALIDADE%20E%20SEUS%20MU%CC%81LTIPLoS%20ENFOQUES%20NA%20CIE%CC%82NCIA%20GEOGRA%CC%81FICA.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2025.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.

NUNES, Georgina Helena Lima. Educação formal e informal: o diálogo necessário [...]. In: BRAGA, Maria Lúcia de Santana; SOUZA, Edileuza Penha; PINTO, Ana Flávia M. (org.). **Dimensões da inclusão no Ensino Médio**: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2006, v. 1, p. 343-360.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. ONU: Paris, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 23 fev. 2025.

PETIT, Sandra Haydeé; ALVES, Maria Kellynia Farias. Pretagogia, pertencimento afro e os marcadores das africanidades: conexões entre corpos e árvores afroancestrais. In: MACHADO, Adilbência Freire; ALVES, Maria Kellynia Farias; PETIT, Sandra Haydeé (org.). **Memórias de Baobá II**. Fortaleza: Imprece, 2015. p. 125-145.

SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS; CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO. **Vida de negro no Maranhão**: terras de preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento. CCN/SMDH: São Luís, 2002. v. 3. (Negro Cosme)

SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS; CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO. **Vida de negro no Maranhão**: uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas. CCN/SMDH: São Luís, 2005. v. 5. (Negro Cosme)

ISBN: 978-65-6050-048-8



GOVERNO DO
MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS

SEDUC

 **ação
educativa**


**INSTITUTO
UNIBANCO**